



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Leda Barbosa**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)  
NO BRASIL**

Brasília – DF

2015

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)  
NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Nara Maria Pimentel

Brasília – DF

2015

**BARBOSA, Leda.** Políticas públicas para alimentação  
(merenda escolar) no Brasil. Brasília: UnB. 2015

Trabalho conclusão de curso de Graduação em Pedagogia –  
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2015. 88 p.

Leda Barbosa

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)  
NO BRASIL**

**Comissão examinadora:**

**Profa. Dra. Nara Maria Pimentel**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

**Profa. Dra. Ana Catarina Zema de Resende**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

**Prof. Dr. Claudio Lorenzo**

Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília

**Profa. Dra. Catarina de Almeida Santos**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Nara Maria Pimentel

Brasília – DF

2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Leda Barbosa**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido sob a avaliação da Comissão Examinadora constituída por:

---

**Profa. Dra. Nara Maria Pimentel - Orientadora**

---

**Profa. Dra. Ana Catarina Zema de Resende**

---

**Prof. Dr. Claudio Lorenzo**

---

**Profa. Dra. Catarina de Almeida Santos**

Brasília – DF

2015

*À minha mãe.*

*Aos meus avós, que sempre se dedicaram a uma alimentação saudável durante toda a  
minha infância.*

*A todos que engajam na luta pela conscientização de alimentação saudável nas  
escolas.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por ser meu maior amor, por seu meu exemplo de luta, de força e de mulher. Por ser e estar sempre ao meu lado me ajudando a crescer, me aconselhando e me protegendo sempre que possível, por toda a sua criatividade de se reinventar sempre que necessário. Pela sua ajuda financeira, pelo apoio moral e espiritual.

À minha irmã Laís, por ser minha grande companheira e me ensinar a ter paciência, saber lidar com a diversidade e com opiniões diferentes. E por seguir me ensinando tantas coisas.

À minha família, por todo o amor e cuidado de sempre. Obrigada vovó Iva e vovô Jayme por todos nossos momentos juntos, muitas de minhas melhores lembranças foram vividas na companhia de vocês. A simplicidade e a riqueza da “Casa da vovó” fazem parte das minhas bases de personalidade.

À toda família Gonçalves, por me acolher durante toda minha vida com todo amor, por me deixar fazer parte dessa família linda e agradável. Em especial, ao Patrick por ser, para mim, minha outra metade. Espero retribuir merecidamente todo esse amor. Crescer e permanecer na sua companhia é um dos maiores presentes da vida.

Ao meu esposo Rafael, por me proporcionar uma nova compreensão de amor e responsabilidade que nem sabia que poderia existir. Pelo companheirismo, pela força, pela paciência e persistência, por me escolher para dividir a vida. “Que seja eterno enquanto dure, que dure para sempre.”

Ao meu tio Jayme Filho, em memória, por toda alegria, bondade e amor ao levar a vida. Por acreditar em mim quando a maioria não acreditava. Ainda em memória, à Patrícia Prado, por ter me ensinado muito da vida em nosso pouco tempo juntas.

Às minhas amigas, Camilla, Clara, Cristiane, Marina, Olívia e Sabrina por fazer desta cidade um lugar mais aconchegante, por fazerem da FE um ambiente mais descontraído e cheio de amor. Por fazer os dias pesados e cansativos passarem mais depressa com todo bom humor de vocês. Em especial, as amigas Beatriz e Paola por me ajudarem com este TCC. A FE não seria uma parte especial e não deixaria saudades se não fosse vocês. Obrigada por me aceitarem como eu sou, por me respeitarem, por me darem forças e por me ajudarem sempre.

Aos amigos Juliana, Liu, Mariana, Moema, Nádia, Patrick e Suzane por serem umas das melhores pessoas que conheço. Por me proporcionarem tantas opiniões e diversidade de vida. À minha amiga Fabiana e família por toda ajuda e incentivo.

À minha orientadora Nara Pimentel, por quem tenho imensa admiração e por me ajudar nesta etapa de conclusão de curso, me dando apoio e incentivo para a conclusão do curso.

À Professora Fátima Vidal, por ter sido peça fundamental na minha formação. À você professora, toda a minha admiração e respeito. Obrigada pela imensa paciência e carinho ao longo desses anos que passamos juntas.

À Professora Ana Catarina, por quem tenho tanta admiração, por ser sempre tão prestativa, alegre e paciente e por sua disposição em ajudar. Obrigada por me proporcionar um último semestre tão rico em ensinamentos e por aceitar participar da minha banca.

À Adriana Arantes, por ter sido uma excelente pedagoga, chefe e amiga em nossa rica experiência na Pedagogia Hospitalar no Hospital Universitário de Brasília (HUB). À Silvana, por fazer parte desta experiência.

Agradeço à todas os professores e professoras da FE pela paciência, ensinamento e conselhos dados, por me proporcionarem seus ensinamentos de maneira sincera, eficiente e dedicada.

À todas as pessoas que de modo direto e indireto me ajudaram ao longo da minha graduação, minha sincera gratidão.

E por fim, e não menos importante, à Universidade de Brasília por me proporcionar a formação que sonhei ter.



Meu lanchinho, meu lanchinho  
Vou comer, vou comer  
Prá ficar fortinho  
Prá ficar fortinho  
E crescer! E crescer!  
*(Cantiga popular)*

## RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema a política pública de alimentação escolar abarcando sua história, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de perpassar pelas temáticas da saúde e educação dentro dessa política pública. Como o tema da alimentação escolar é pouco debatido no âmbito da educação e o presente trabalho busca problematizar uma temática pouco debatida dentro do curso de pedagogia. E ainda por ser um elemento fundamental para a prática pedagógica de Ensino da Educação Nutricional Alimentar (ENA), torna-se necessário que haja trabalhos discutindo a importância da merenda escolar. Além disso, busca-se compreender a concepção do PNAE pelo seu público e as práticas existentes no contexto educacional da (ENA), proporcionando uma discussão das incoerências praticadas e consolidadas pelos docentes e pela direção escolar. Assim, pretende-se refletir e discutir sobre a percepção que os escolares do Ensino Fundamental têm em relação a merenda escolar. Para atingir o objetivo proposto para o trabalho, realizou-se uma pesquisa que visava conhecer qual concepção que os escolares apresentam em relação à merenda escolar, a finalidade que eles atribuem a merenda escolar, a existência da (ENA), e os aspectos da prática de (ENA) aos quais estão submetidos. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa com estudantes de uma escola Parque do Plana Piloto. Por meio das entrevistas e das observações, notou-se que a merenda escolar é vista unicamente pelos escolares pelo seu caráter biológico. Para as merendeiras e a direção escolar a merenda se configura com determinantes de frequência dos estudantes, e fonte nutricional principal dos escolares de baixa renda. Por fim, é importante destacar que os escolares não têm na finalidade da merenda escolar um determinante de sua frequência escolar e a ENA não ocorre de maneira adequada na escola pesquisada.

**Palavras-chave:** Merenda escolar. Política pública. Educação Nutricional Alimentar.

## ABSTRACT

This paper presents the theme public policy school feeding embracing its history, and the National School Feeding Programme (PNAE), and pervade the themes of health and education in this public policy. As the theme of school feeding is rarely discussed in education and this paper seeks to question a thematic little debated within the pedagogy course. And to be a key element in the pedagogical practice of Food Nutrition Education School (ENA) becomes necessary to have work discussing the importance of school meals. In addition, we seek to understand the design of the PNAE by your audience, existing practices in the educational context of (ENA) providing a discussion of inconsistencies practiced and consolidated by teachers and the school administration. Thus, it is intended to provide reflection and discussion on the perception that school of elementary school have about school meals using Barros Bezerra, Stefaninni, Teixeira, Vasconcelos and other authors as a theoretical framework. To achieve the goal proposed for the job, a survey was conducted that aimed to know which design that school have in relation to school meals, the purpose they attribute to school meals, the existence of ENA, and aspects of the practice of ENA to which they are subject. Thus, an interview with 37 students from two classes of the 4th year was held, a group of 3rd year and a class of 2nd year of elementary school and the responses were categorized according to the answers given by students then were analyzed the data obtained. The work also included a note of the work of school cooks and supervised the administrative responsibility for the regulation of feeding in the institution. Through the interviews and observations, it was noted that the school lunch is seen only by the school for its biological nature. For cooks and school toward lunch is configured to determine frequency of students, and main source of nutrition of low-income students. Finally it is important to note that the school does not have the purpose of school meals a determinant of their school attendance, ENA does not occur properly in the research school.

**Keywords:** School meals. Public policy. Nutritional Food Education.

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Descrição dos entrevistados .....	65
Quadro 2: Finalidade da merenda escolar para os estudantes (Turma 4ºA e Turma 3ª) .....	66
Quadro 3: Finalidade da merenda escolar para os estudantes (Turma 4ºB e Turma 2ª) .....	68
Quadro 4: Percepção da merenda escolar por parte dos estudantes .....	69
Quadro 5: Alimentação principais anteriores e posteriores ao dia letivo .....	70
Quadro 6: Divulgação escolar do cardápio para os estudantes .....	72
Quadro 7: ENA na instituição pesquisada .....	74
Quadro 8: Características da ENA .....	76

**LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido para entrevista .....	86
Apêndice B - Roteiro de Entrevista semi estruturada.....	87
Apêndice C - Termo de Autorização para utilização de som de voz para fins de pesquisa.....	88

## LISTA DE SIGLAS

ABIN - Associação Brasileira da Indústria da Nutrição  
AFZ - Ação Fome Zero  
CAE - Conselho de Alimentação Escolar  
CCC - *Commoditie Credit Corporation*  
CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar  
CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar  
CNA - Comissão Nacional de Alimentação  
CF - Constituição Federal  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar  
ENA - Educação Nutricional Alimentar  
EEX - Entidades Executoras  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante  
FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LDBEN - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome  
MEC - Ministério de Educação e Cultura  
MS - Ministério da Saúde  
ONG - Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPS - Organização Panamericana de Saúde  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
PRONAN II - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
PSE - Programa Saúde na Escola

SAPS - Serviço de Alimentação e de Previdência Social

STAN - Serviço Técnico de Alimentação Nacional

UNICEF - Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas

USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b><i>CAPÍTULO 1 : A HISTÓRIA DA MERENDA ESCOLAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO .....</i></b>	<b><i>24</i></b>
1.1    A História da merenda escolar no Brasil .....	24
<b><i>CAPÍTULO 2 : O PROGRAMA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR COMO POLÍTICA PÚBLICA. .....</i></b>	<b><i>41</i></b>
2.1 - A saúde Escolar e seu papel na educação .....	47
<b><i>CAPÍTULO 3: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEU FUNCIONAMENTO.....</i></b>	<b><i>52</i></b>
3.1- O Conselho de Alimentação Escolar - CAE .....	55
<b><i>CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS E ANÁLISE DOS DADOS.....</i></b>	<b><i>58</i></b>
4.1 Os Instrumentos e Procedimentos .....	60
4.2 - ANÁLISE DE RESULTADOS .....	63
4.2.1. A finalidade da merenda escolar .....	64
4.2.2. Da percepção da merenda escolar .....	68
4.2.3. Da alimentação principal anterior e posterior ao horário escolar .....	69
4.2.4. O cardápio como subsídio da ENA.....	71
4.2.5. Da Educação Nutricional Alimentar.....	73
<b><i>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</i></b>	<b><i>77</i></b>
<b><i>PERSPECTIVAS FUTURAS.....</i></b>	<b><i>81</i></b>
<b><i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</i></b>	<b><i>82</i></b>
<b><i>APÊNDICE A.....</i></b>	<b><i>85</i></b>
<b><i>APÊNDICE B.....</i></b>	<b><i>86</i></b>
<b><i>APÊNDICE C.....</i></b>	<b><i>87</i></b>



## MEMORIAL

Ao relembrar minha trajetória educacional, vivencio sentimentos e os compartilho, em minhas mais sinceras palavras, com o intuito de contextualizar estas experiências a fim de perceber a relação da temática do presente trabalho a partir do meu interesse ao longo desta trajetória.

Nasci no dia 19 de maio no ano de 1989, em Luziânia, no interior do estado de Goiás. Quando nasci minha irmã Láís Barbosa de Castro ia completar dois anos no mês de julho.

Fui criada na fazenda da minha avó até os meus quatro anos de idade. Voltei para a cidade de Luziânia no início do ano de 1994 aos meus quatro anos. Ingressei no jardim II na Escola Municipal CAIC nesse mesmo ano com a Tia Flávia que me acompanhou até o jardim III, uma moça muito simpática, e incrivelmente paciente. Ainda me recordo com ternura da sua pedagogia acolhedora.

Durante os dois anos em que permaneci no CAIC me lembro da curiosidade despertada pelas merendas servidas, leite com açúcar queimado por exemplo, nunca tinha experimentado e adorei. Outra refeição que me agradava era o chamado “arroz moreninho”.

Havia os dias de salada de frutas, onde cada criança ficava responsável por uma fruta, estas seriam usadas no preparo da merenda. Me recordo que uma vez levei abacate e não pude encontra-lo na salada de frutas. Fiquei frustrada. Me formei na educação infantil no ano de 1995.

Para a minha primeira série do ensino fundamental minha mãe me reservou uma escola mais perto de casa, Escola Estadual Setor Leste, onde permaneci por somente dois meses, pois minha mãe que é funcionária pública da educação no estado de Goiás foi transferida para outro bairro, o que acarretou também em uma mudança de escola para mim e minha irmã.

Fui estudar no Colégio Estadual Cônego Ramiro, essa mudança de escola me fez perceber que o ritmo com que a professora conduzia a turma era mais lento e sem nenhum autoridade, o oposto da escola Setor Leste. Essa observação me levou a tirar proveito da situação, já que não era cobrada simplesmente parei de fazer minhas tarefas, uma junção de preguiça e lerdeza que acabou por resultar em uma reprovação.

Tive que cursar novamente a primeira série, dessa vez com uma outra professora. Acabei por me destacar na turma dela, novamente não me recordo o nome dessa professora, mas era uma jovem morena de cabelos ondulados, muito simpática e atenciosa. Estudei no

Cônego Ramiro até o final da terceira série e segui sendo o que os professores esperam de uma menina: boa moça, cadernos limpos e letra caprichada. Lembro-me que havia desenhos e apresentações de teatro sobre as datas comemorativas: Independência do Brasil, Proclamação da República, Dia do índio etc.

A merenda escolar nesta escola era quase sempre uma refeição cozida, macarrão com sardinha ou com carne moída, arroz com carne, feijão tropeiro, arroz doce, canjica, pão com carne moída, sopa de legumes, pavê com calda de açúcar queimado e também salada de frutas, iogurte natural e itens de padaria como roscas palitos, pães com margarina e afins

Do lado de fora tinha uma tia que vendia roscas caseiras e salgados assados que podíamos comprar no intervalo das aulas, e também o carrinho de guloseimas. Havia também a inclusão de frutas no cardápio, o que me deixou bem contente. Geralmente havia um suco que acompanhava as refeições cozidas e salgadas, que era em sua maioria de caju. Gostava da maioria das merendas deste cardápio.

Ao final da minha terceira série as normas internas do colégio foram mudadas e aquele seria o último ano que funcionaria o ensino fundamental, outra vez fui obrigada a me mudar para outra escola. O que me deixou um pouco triste pois essa outra escola era um pouco longe da minha casa.

Cursei a quarta série na Escola Municipal Prof. Sebastião de Araújo Machado com a Tia Elza e a Tia Patrícia. Esta escola contava com princípios religiosos católicos por conta da crença religiosa da diretora, com oração todos os dias antes das aulas. Ainda hora cívica nas sextas-feiras. Me parece que o cardápio da merenda escolar era limitado a macarrão com sardinha e arroz com carne, o que me deixava bastante triste pois nunca gostei muito de carne. O carrinho de guloseimas também existia na saída e eu fazia pouco uso dele.

Cursei a quinta série na Escola Estadual Epaminondas Roriz, a merenda escolar não era muito gostosa, o cardápio não era muito diferente da escola Cônego Ramiro, mas quase nunca tinha fruta. Nesta escola havia uma grande horta nos fundos, minha turma foi levada lá apenas uma vez e nunca fizemos parte da sua construção e manutenção. Havia muitos repolhos e alfaces, mas não me recordo de servirem salada junto às refeições.

Novamente me mudei de escola no início do ano de 2004 para terminar o último ano do ensino médio. Estudei na Escola Estadual Alceu de Araújo Roriz, onde minha mãe é auxiliar de educação até hoje, é ela quem comanda a cantina e prepara a merenda. O cardápio novamente não varia muito, nas segundas-feiras a merenda era composta por alimentos oriundo de panificadoras, seja, pães, rosca, bolos. As frutas eram mais frequentes, mas o gosto

da merenda me parecia ser sempre o mesmo, era ruim, como se os ingredientes fossem de baixa qualidade. Ao questionar minha mãe sobre isto, ela me respondeu que a quantidade de comida a ser preparada era muito grande para um tempo curto por conta da rotina de horários da escola, e que de fato os ingredientes não são dos melhores. Desse modo o arroz quase sempre estava muito molhado, grudento e por vezes mal cozido, assim como o feijão e o macarrão.

Para os três anos do segundo grau me mudei outra vez de escola, fui estudar no Colégio Estadual Antônio Valdir Roriz que ficava na frente da casa onde morava. Ironicamente chegava atrasada todos os dias, não prestava atenção na maioria das aulas e faltava muito.

A merenda escolar não era obrigatória no ensino médio nesta época (2005), então o que tínhamos como opção para o lanche, era a cantina privada da escola que vendia salgados fritos e assados, refrigerantes, chocolates, doces, guloseimas, bolos recheados e afins. Esta cantina vendia muito bem. No ano de 2007 ela foi proibida e fomos informados que o Programa Nacional de Alimentação Escolar estenderia seu atendimento para toda educação básica, ficando o Ensino médio contemplado pela merenda escolar. Como a cantina da escola não tinha cozinheira nem material necessário para o preparo da merenda escolar de forma adequada a legislação do PNAE, desse modo os recursos destinados à merenda escolar eram usados unicamente nas compras de gêneros alimentícios oriundos de panificadoras e por vezes tínhamos frutas no cardápio. Os lanches servidos vinham sempre acompanhados de sucos que na maioria das vezes eram de caju, estes refrescos eram muito adoçados e enjoativos.

Como estudava no período da manhã as merendas vindas da panificadora me pareciam muito adequadas ao horário. Nos anos que estudei na parte da tarde, e os lanches cozidos de arroz, feijão, macarrão e sopa me pareciam descontextualizados, pois nunca tive muito apetite para comê-los neste horário das 15:30h. Preferia as merendas de pão, suco, rosca e afins, ou somente a fruta ou suco.

Me formei no final de 2007 e não me interessei por participar da festa de formatura da minha turma, pois não tinha muito apego à escola e aos meus colegas.

Como não sabia que curso pretendia fazer após a finalização da educação básica fui trabalhar em uma brinquedoteca, creio que foi aí que despertou o meu interesse pela pedagogia. Em 2010, por insistência da minha mãe ingressei no curso de Letras em uma universidade privada na cidade de Ocidental, a mais próxima de Luziânia.

Encontrei nesta universidade um ensino muito precário e despreparado. Não cheguei nem perto de me identificar com o curso e muito menos com a política de uma universidade privada. Insatisfeita, acabei trancando minha matrícula ao final do primeiro semestre.

Meu desejo era cursar pedagogia na Universidade de Brasília (UnB), mas havia passado bastante tempo desde minha formação na Educação Básica, me matriculei em um cursinho pré-vestibular na cidade de Luziânia para me nortear sobre quais conteúdos estudar e me preparar de forma adequada para o vestibular. No final de 2010 concorri ao vestibular da UnB, para o curso de pedagogia e fui aprovada. Durante todo o curso usufruí do Restaurante Universitário com bastante satisfação, principalmente para as refeições de almoço.

A universidade me acolheu muito bem, as matérias obrigatórias do primeiro semestre serviram de base para observação do funcionamento da Faculdade de Educação (FE) de modo físico e organizacional. Ao final desta primeira impressão, quanto ao universo da UnB fiz uma viagem junto ao grupo da Faculdade de Desenho Industrial (Din), para o 21º Congresso Nacional de Design, o que ajudou bastante na interação com outras faculdades dentro da UnB. Ao longo de todo o curso tive o prazer de fazer amizades importantes para minha formação intelectual e pessoal em várias dessas faculdades. O aspecto da grade aberta sempre me chamou bastante atenção.

No início do segundo semestre me foi indicada uma vaga para a Pedagogia Hospitalar no Hospital Universitário de Brasília (HUB) pois apresentei um trabalho sobre o tema da pedagogia hospitalar na matéria de Perspectivas do Desenvolvimento Humano.

Permaneci na área de Pedagogia Hospitalar por três anos, esta atuação como assistente em pedagogia contribuiu de forma enriquecedora para minha percepção da pedagogia fora do ambiente escolar. Fazer da brinquedoteca hospitalar um espaço de continuidade da educação escolar, foi um desafio iluminador na minha prática como pedagoga. A matéria: O Educando com Necessidades Educacionais Especiais me ajudou bastante na prática pedagógica do trabalho e na importância do tema para a docência.

No terceiro semestre, me encantou a matéria de Ensino e Aprendizagem da Língua Materna, que me esclareceu bastante quanto ao preconceito linguístico arraigado no país e a função do professor diante desta questão, principalmente nas séries iniciais. Tal matéria me proporcionou um olhar mais atente e compreensível as regionalidades linguísticas do Brasil.

Durante a matéria de projeto III fase 1, quando somos iniciados á prática docente participei do Projeto Autonomia fundamentado na Escola da Ponte em Portugal. Este projeto

me proporcionou o conhecimento das bases pedagógicas que almejo seguir futuramente como pedagoga.

No quarto semestre dei continuidade a este mesmo projeto já na fase 2, que contou com palestras do ilustre Professor José Pacheco, idealizador da Escola da Ponte na qual se baseia o Projeto Autonomia e suas diretrizes. Essas palestras foram muito esclarecedoras pois o professor José Pacheco falava também sobre as dificuldades de implementação da pedagogia da autonomia, e ainda de como o modelo escolar atual não se identifica mais com seu público.

No quinto semestre dei início ao projeto IV fase I, que compete a primeira fase do estágio obrigatório da (FE), onde os estudantes fazem observações na área da pedagogia. Para tal fase permaneci inserida no Projeto Autonomia. Nesta primeira fase do projeto I atuei como observadora da turma de primeiro ano do ensino fundamental na Escola Classe Jardim Botânico.

Neste momento, a professora do projeto IV, Fátima Vidal aconselhou que cada membro deveria nortear suas observações para um aspecto da educação no qual gostariam de tratar no trabalho de conclusão de curso. Neste mesmo semestre também cursava a disciplina de Políticas Públicas da Educação com a professora Nara Pimentel. Em uma de suas aulas ela mostrou para a turma o documentário “É proibido vender pirulito” onde a prefeita da cidade municipal de Carinhanha na Bahia decide adequar a merenda escolar municipal ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) quanto à compra de gêneros alimentícios regionais e fomentar a economia de produção agrícola familiar.

Inspirada por este documentário me propus a observar a relação que os alunos da Escola Classe Jardim Botânico estabeleciam com a merenda escolar e as guloseimas vendidas pela escola. Esta observação contribuiu de forma decisiva para a escolha do tema de política pública de alimentação escolar no meu trabalho de conclusão de curso.

## INTRODUÇÃO

Ao tratar de política pública educacional, mais especificamente de política pública de alimentação escolar, se faz necessário perpassar pela trajetória histórica desta política para seu maior entendimento e observação, já que falar de alimentação é, também, falar de saúde, de nutrição e tais temáticas estão integradas às questões educacionais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a educação escolar se propõe ao desenvolvimento e autonomia do sujeito sendo que o desenvolvimento deve perpassar também pelo tema da alimentação, já que a alimentação escolar é garantida ao estudante pela Constituição Federal (CF) e se encontra pautada nos princípios nutricionais e de segurança alimentar.

Para a compreensão de uma política pública é necessário o conhecimento de suas bases e princípios fundamentais de criação, construção e permanência. É relevante, a desconstrução e reconstrução de suas bases de sustentação tendo em vista a sua efetivação. No caso da Educação Alimentar, não é diferente.

A educação alimentar tem um papel muito importante no crescimento e desenvolvimento adequado de uma criança, jovem ou adulto. Os bons hábitos alimentares são, como a educação e devem ser adquiridos desde cedo e cultivados durante toda a vida.

Segundo Lígia Amparo da Silva Santos (2005) a história da educação alimentar e nutricional no Brasil e o seu estreito vínculo com as políticas de alimentação e nutrição em vigência têm sido abordados por diferentes autores. De 1940 a 1960, a educação alimentar e nutricional esteve vinculada às campanhas de introdução de novos alimentos e às práticas educativas que se tornaram um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição do período.

Lima apud Lígia (2005) ressalta:

que esse momento da educação alimentar e nutricional se fundamentou no mito da ignorância, fator considerado como determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, o grupo destinatário dessas ações educativas. Assim, o desenvolvimento de instrumentos adequados, que ensinassem o pobre a comer, a fim de corrigir hábitos errôneos nessas populações foi uma prioridade que caracterizava uma concepção de educação centrada na mudança do comportamento alimentar.

A autora ainda ressalta que, a partir de meados de 1970, o binômio alimentação-educação prevalecente começou a ceder espaço para o binômio alimentação-renda, resultado

dos redirecionamentos das políticas de alimentação e nutrição traçadas no país, as quais, a partir de então, se pautavam no reconhecimento da renda como principal obstáculo para se obter uma alimentação saudável.

Como decorrência, intensas críticas foram feitas à educação alimentar e nutricional que vinha sendo desenvolvida, avaliada como meio de ensinar ao pobre a comer alimentos de baixo valor nutricional. Assim, as estratégias de suplementação alimentar passaram a ser o eixo norteador das políticas. Importante contribuição para a discussão sobre novas perspectivas da educação alimentar e nutricional se consolidou em meados de 1980, com a educação nutricional crítica. Tal concepção identificava haver uma incapacidade da educação alimentar e nutricional em, de forma isolada, promover alterações em práticas alimentares.

Portanto, este trabalho se insere neste contexto das mudanças de paradigmas tendo como principal motivação a busca do conhecimento e aprofundamento deste tema. Os conteúdos descritos no trabalho possibilitaram conhecer e analisar a política pública de alimentação escolar (PNAE) dentro da história da merenda escolar no

O PNAE, presente como política pública de alimentação escolar desde 1955, traz para a história da alimentação escolar, ao longo dos anos, um novo plano e uma nova conduta educativa ao decorrer de sua evolução. A legislação vigente cobra mais ações educativas por meio da merenda escolar, nesse mesmo cenário as escolas se mostram defasadas quanto à finalidade educativa da merenda escolar.

Com a descentralização, ação voltada para a modernização e com o objetivo de nacionalização do PNAE criou-se o Conselho de Alimentação Escolar. O CAE abre espaço para a participação social dentro da política pública do PNAE, além de buscar trazer mais clareza na prestação de contas. Apesar dos CAEs, o PNAE ainda conta com ações corruptas em funcionamento.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido da seguinte forma: Memorial. Capítulo 1: A história da merenda escolar no Brasil: um breve histórico. Capítulo 2: O Programa Nacional De Merenda Escolar (PNAE). Capítulo 3: O Plano Nacional De Alimentação Escolar. Capítulo 4: Procedimentos Metodológicos e Análise Dos Dados e por último Perspectivas futuras.

### **Objetivo Geral**

- Conhecer e analisar a política pública de alimentação escolar (PNAE) dentro da história da merenda escolar no Brasil.

### **Objetivos Específicos**

- Conhecer a história de alimentação escolar no Brasil com foco na merenda escolar.
- Analisar como se dá o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Analisar a existência da Educação Nutricional e Alimentar tendo como subsídio a merenda escolar.

## **CAPÍTULO 1 : A HISTÓRIA DA MERENDA ESCOLAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO**

### **1.1 A História da merenda escolar no Brasil**

A preocupação com a merenda escolar no Brasil data dos anos de 1930, com a criação e manutenção privada da merenda escolar por parte dos municípios e estados em melhores condições financeiras que tomaram-na como responsabilidade.

Nessa época, seu caráter assistencialista e a preocupação com o estado de desnutrição das crianças de 0 a 5 anos e as de idade escolar, se estendia às condições sociais e econômicas das famílias. Os “Caixas Escolares<sup>1</sup>” da década de 1940 não foram uma ação do Estado brasileiro contra a fome que acometia os populares, e sim das próprias instituições de ensino.

A realidade era que a criança, em sua maioria, tinha muitas obrigações na ajuda com o lar e também com seu sustento, a falta de alimento era grande e ao chegar na escola a criança se apresentava fraca, cansada e com fome, condição que não contribuía ao bom desempenho escolar. Foi, portanto, as escolas, as primeiras a se atentarem para a questão.

O ensaio escrito por Manuel Correia de Andrade (1997) sobre o médico Josué de Castro que desenvolveu pesquisas e estudos sobre a situação alimentar e da fome dominante no país, que o levaram a escrever o seu principal livro: *Geografia da fome. A fome no Brasil*, publicado em (1946), destaca a problemática da fome no cenário brasileiro da época.

---

<sup>1</sup> Por volta de 1940, quando algumas escolas começaram a se organizar montando as caixas escolares que tinham como objetivo arrecadar dinheiro para fornecer a alimentação aos estudantes, enquanto permaneciam na escola. O resultado dessa iniciativa destacou a importância da alimentação escolar para a permanência dos estudantes nas escolas, bem como para a redução da desnutrição infantil no país.



Nele, desmascarou o grande problema nacional, ou seja, o peso da fome no subdesenvolvimento brasileiro, mostrando-a não como causa, mas como consequência do processo de colonização a que o país fora submetido. As metrópoles de que o Brasil dependeu política e economicamente, e o próprio sistema de ocupação que propiciou a destruição da cultura indígena, desapropriaram os povos nativos, geraram a exploração voltada para a exportação baseada no latifúndio e na monocultura, as verdadeiras causas do subdesenvolvimento. A fome era o resultado do sistema colonial mantido em suas linhas mestras mesmo depois da independência política do país (1822) e representava a matriz do subdesenvolvimento. (ANDRADE, 1997)

A publicação deste livro, além de causar um impacto para a administração da época, trouxe um alerta da condição nutricional da grande maioria da população do país. Castro deixou de sobreaviso que a crença entre clima e alimentação defendida como causa da pobreza da maioria das pessoas no Brasil não se firmava e que este era um problema social e não climático.

De acordo com Teixeira (2008), na década de 1940, Vargas, presidente do Brasil de (1930 até 1945, convida Castro a entrar para a política com o cargo de Diretor do Serviço de Alimentação e de Previdência Social (SAPS), criado por Getúlio pelo Decreto nº 2.478, de 5 de fevereiro, como organismo subordinado ao Ministério do Trabalho, e tinha como medida a criação de técnicos para formação nutricional que, em 1957, passou a ser reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

O SAPS tinha como objetivo promover uma alimentação racional, barata e nutritiva para os trabalhadores brasileiros. Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. A educação e a saúde eram tratadas anteriormente pelo Departamento Nacional de Ensino em conjunção com o Ministério da Justiça.

A questão da alimentação escolar foi tratada intelectualmente pela SAPS que implantou restaurantes populares para os trabalhadores, e deu ênfase à educação alimentar na criação de cursos superiores de nutrição e amparou pesquisas para as futuras políticas públicas de alimentação. O desjejum escolar, ou seja, o café da manhã dos escolares, de acordo com o nutrólogo e chefe da seção técnica do SAPS, Dante Costa, deveria dar-se da seguinte forma: “250g de leite, 50g de pão a 20% de farinha integral, 3g de manteiga fresca, 40g de queijo, 15g de açúcar e 200g de suco de laranja fresco, totalizando de 413 a 470 calorias.” (STEFANINI, 1997 p.32)

A falta de verba impossibilitou a real implementação de um desjejum tão completo que teve como solução o oferecimento de um copo de leite ou de uma sopa como únicas alimentações oferecidas pela escola.

A formação técnica de nutricionista oferecida pelo SAPS era voltada somente aos cursos superiores. Portanto, a merenda escolar oferecida pelo SAPS em 1942 era de personalidade assistencialista, sem bases curriculares pedagógicas, paliativa no sentido de amenizar a fome sentida pelas crianças e com o objetivo de orientação nutricional familiar de forma mínima.

O tratamento da merenda escolar pela SAPS se dava de maneira paliativa emergencial. Era voltado exclusivamente ao assistencialismo para o futuro trabalhador que esses escolares seriam no futuro. Tal visão da merenda escolar passa por uma renovação de seus princípios com a criação do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN).

Criado por Vargas em 1942 pela portaria 5-42, o STAN teve Castro como diretor e tinha como principal objetivo uma reestruturação política das ações de alimentação no país. A intenção era de sistematizar programas de caráter nutricional, assistencialista que pudessem ajudar tanto o trabalhador como o educando na autonomia nutricional, o caráter assistencialista das políticas públicas de alimentação deveria superar sua atuação paliativa de modo a contribuir para o crescimento e autonomia alimentar das famílias.

As novas políticas públicas de alimentação deveriam deixar de ser o principal e, por vezes, a única estratégia alimentar e nutricional. Para o trabalhador tal emancipação deveria vir com uma renda maior, mais justa às suas horas de trabalho e que lhe trouxesse maior possibilidade aquisitiva de gêneros alimentícios. Para os educandos a chance de uma autonomia alimentícia mais adequada seria uma educação nutricional formal e adequada às suas condições econômicas.

Era de interesse governamental a prevenção de uma crise nacional devida à fome e à miséria. Os movimentos sociais cobravam ações referentes ao estado em que se encontravam as famílias dos trabalhadores populares. Como medida inicial, Vargas cria o salário mínimo baseado em uma cesta básica regional de gêneros alimentícios. Este salário mínimo deveria ser dez vezes o valor de uma cesta básica. O Decreto-Lei nº 2162 de 1 de maio de 1940 instituiu o salário mínimo, este deveria contribuir para uma vida mais digna e uma alimentação mais saudável.

O objetivo do salário mínimo era de auxiliar na melhoria da saúde populacional brasileira, na produtividade da classe trabalhadora, em uma nutrição mais adequada e para o

desenvolvimento escolar do educando, visando o progresso brasileiro. Progresso este, social, econômico e político.

Os cuidados com a saúde e higienização dos educandos e trabalhadores caminharam junto com os programas de alimentação e as políticas de saúde no Brasil. Onde a escola passa a ser a promotora de bons hábitos, herança do movimento higienista no Brasil em (1920) representado pelo Médico Miguel Couto. (CAMPOS, 2010)

A alimentação tem tudo a ver com o bom desenvolvimento da saúde e dela faz parte. Tais aspectos foram discutidos na 3ª Conferência Panamericana a (OFICINA SANITÁRIA PANAMERICANA, 1954) onde se buscava uma afirmação da Educação Nutricional curricular nas escolas na formação de hábitos saudáveis e apropriados na alimentação. Tais conteúdos eram defendidos, não bastava a disponibilidade e o poder aquisitivo para a compra dos alimentos, sem o conhecimento nutricional e capacidade de seleção alimentícia e a mudança necessária ao problema de nutrição não caminharia no rumo desejado. E, era sabido, a ignorância destes conceitos e hábitos pelas classes menos favorecidas.

O STAN é substituído em 1945 pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), conforme o Decreto-Lei nº. 7328 com o objetivo de tratar de pesquisas e interesses do país quanto à alimentação brasileira e só passaria a atuar efetivamente em 1951 com a volta de Vargas ao governo. Vale ressaltar que, durante o governo Gaspar Dutra no período de 1945 a 1951, houve uma queda das políticas públicas no país, incluindo as de alimentação. Além da decisão de implantar o arrocho salarial. Essa decisão trouxe o descontentamento populacional, o que gerou muitas críticas ao seu governo.

Vargas volta a presidência do Brasil em 1951 e permanece até 1954. Durante este período, as políticas públicas de alimentação têm um grande salto. A volta do CNA traz o estudo de criação de políticas públicas de alimentação escolar e programas de merenda escolar. Essas políticas e programas de alimentação escolar tiveram grande incentivo da Organização Panamericana de Saúde (OPS), criada em 1902.

A OPS é a agência Internacional de saúde mais antiga do mundo e almejava um desenvolvimento maior dos benefícios de alimentação escolar que tinha nas políticas públicas de alimentação a possibilidade de difundir a educação sanitária visando a melhora dos hábitos alimentares, da saúde e do desempenho escolar desses educandos.

Outra ajuda recebida foi em (1954) pela a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que consiste em um fórum neutro com a participação de todos os países em debates políticos e estratégicos voltados para alimentação e agricultura,

com o esforço pelo combate à fome e à desnutrição. Por fim, o Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (UNICEF), com a promoção de defesa dos direitos das crianças.

OPS, FAO e UNICEF participaram de conferências sobre alimentação e nutrição nos países da América Latina. Nessas conferências eram discutidas propostas de programas de alimentação escolar mais efetivos com relação à nutrição do educando, a necessidade de alimentos mais elaborados para uma maior atuação protéica e calórica. (STEFANINNI, 2008)

A proposta de fabricação de alimentos enriquecidos com o objetivo de nutrir de forma mais barata e rápida também foi citada. Os consumos de provisões locais deveriam ser estimulados pelo custo benefício mais econômico e de visão social benéfica a todos.

Cabe destacar ainda que Castro e outros intelectuais brasileiros publicaram artigo que contém um balanço do foco dos estudos publicados no Brasil entre (1944 e 1968) no periódico Arquivos Brasileiros de Nutrição (1999):

Os resultados deste estudo revelam (...) que 134 destes artigos (64%) foram inseridos dentro da perspectiva biológica da nutrição e correspondem, na maioria, a pesquisas laboratoriais sobre a composição química e o valor nutricional de alimentos nacionais. Por outro lado, a análise dos 75 artigos (36%) incluídos na perspectiva social atesta o esforço dos primeiros nutrólogos brasileiros em construir e aperfeiçoar os instrumentos metodológicos específicos para investigar as condições nutricionais de nossa população, bem como em contribuir para a consolidação do campo da nutrição no Brasil.

Esses periódicos editados por Castro foram de grande contribuição para as políticas públicas de alimentação:

Pelos “Arquivos Brasileiros de Nutrição”, publicação que marcou presença no Brasil num considerável período de vinte quatro anos, de (1944 a 1968), encontram-se registrados 27 órgãos e comissões governamentais, criados durante esse longo tempo, que imprimiram as diretrizes das políticas de nutrição no País, e que caracterizaram as formas iniciais dos programas posteriores. (STEFANINNI, 1997, p.27)

Os “Arquivos Brasileiros de Nutrição” contribuíram também para um maior conhecimento relacionado à alimentação escolar:

Destacamos, ainda, no período (1951-1968), a publicação de quatro artigos abordando a questão da merenda escolar; a nosso ver, foram importantes

veículos de difusão das idéias em torno da utilidade da política nacional de alimentação escolar, implantada no Brasil, no decorrer dos anos 50, a partir dos programas internacionais de ajuda alimentar” (Coimbra *et al.*, 1982).”

Vargas separa em 1953 as instituições responsáveis pela saúde e educação com a criação do Ministério da Saúde pela Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953, mas somente em 1955 os programas de alimentação escolar, anteriormente tratados pelo Ministério da Saúde e Educação, são retirados do Ministério da Saúde e passam ao âmbito da educação.

A alimentação escolar passou a ser bastante difundida com a criação da Campanha de Merenda Escolar (CME), pelo decreto de nº 37.106 do ano de 1955 durante o governo transitório de João Café Filho (1954 -1955).

Este decreto regulamentava a alimentação escolar ficando o Ministério da Educação e Cultura responsável por três execuções sendo elas: facilitar a alimentação dos educandos incentivando a chegada da merenda até eles por meios técnicos e financeiros; buscar vias intelectuais de melhoramento do valor nutritivo dessas merendas; facilitar a compra de alimento de modo econômico e a negociação da compra de alimentos por vias locais ou a partir de instituições internacionais.

Essas atribuições tinham como objetivo uma aprendizagem por parte das famílias populares quanto à nutrição de caráter empírico, com base na melhora nutricional trazidas pela merenda escolar.

Desta forma, as crianças que tinham em casa uma variedade pífia de alimentos receberiam na escola uma combinação qualitativa de alimentos trazendo para a vivência do aluno novos sabores e criando novas culturas à mesa dessas famílias. Alimentos como carne, ovos, leite, frutas e verduras, eram muito caros e de rara presença na mesa dos populares. Cria-se, neste período (1954) políticas públicas de alimentação escolar denominadas Programas Nacional de Merenda Escolar.

A guerra fria estava carregada de receios quanto aos regimes socialistas e capitalistas, as políticas sociais e econômicas eram afetadas pelo temor. Os Estados Unidos era um deles, a aflição dessa hegemonia para com o socialismo levou o país a entrar politicamente como aliado dos países da América Latina com a doação de alimentos excedentes; nasce aí a ajuda alimentícia dos EUA com o Brasil. (STEFANINNI, 1997)

Os programas internacionais de distribuição gratuita de alimentação eram difundidos em grande parte dos países da América Latina, através da Organização Panamericana de

Saúde (OPS), o Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (UNICEF), e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O Comitê nacional da FAO era liderado por Castro e foi responsável pelo primeiro Plano Nacional de Alimentação no país. Dessa maneira, as taxas excedentes de alimentos produzidas ou compradas por baixos valores contidas nos EUA, eram mandados para o Brasil com o objetivo de abastecer as políticas públicas de alimentação planejadas e implementadas. A atuação política brasileira juntamente com a internacional resultou em conferências a respeito da situação nutricional dos países da América Latina.

Também foi questionado o quadro educacional quanto aos saberes nutricionais da população e as estratégias educacionais para combater a ignorância arraigada relacionada ao tema. Em matéria de resultados dessas políticas percebe-se um aumento considerável da distribuição da merenda escolar:

Em 1953, quatorze dos vinte e cinco estados brasileiros tinham programas de almoços, subvencionados pelos governos locais, dirigidos a trabalhadores, enquanto 10% dos estudantes das escolas primárias se beneficiavam da alimentação escolar (OFICINA SANITÁRIA PANAMERICANA, 1954). (STEFANINNI, 1997, p.35)

Em 1954, surge a primeira edição da Cartilha da Merenda Escolar onde Castro coloca a merenda escolar a favor da educação atuando como base para atividades educacionais. Para Castro, a educação alimentar deveria fazer parte das políticas públicas de alimentação.

No ano seguinte (1955), os resultados foram ainda maiores em relação à distribuição da merenda escolar. De acordo com a segunda edição da Cartilha, a merenda escolar conseguiu atingir quase 800.000 educandos. Uma das metas da merenda escolar neste período era de observação da melhoria dos educandos atendidos, em peso, crescimento e nutrição.

Os professores ficavam responsáveis pela consideração desses resultados e pelo repasse de informação aos pais. É possível perceber diante desta exigência perante os resultados da merenda escolar, que a preocupação de educação nutricional ainda seguia um modelo empírico por parte das crianças e dos seus responsáveis.

Outra recomendação da Cartilha se referia ao preparo e escolha dos alimentos servidos na merenda escolar. Eles deveriam ser de rico valor nutricional, boa aparência, fácil aceitação, e preparo descomplicado as merendeiras. A responsabilidade da merendeira para com a merenda era de fazer render sendo nutritiva, saborosa, vistosa e de maneira ágil pois dependia de horários pré-definidos pelo ritmo escolar.

A colaboração internacional nas políticas públicas de alimentação escolar trazia a cada ano resultados avaliados pelo governo como melhores, A Organização das Nações Unidas (ONU), UNICEF, e a Commodity Credit Corporation (CCC) eram parceiras da CNME, ajudaram o Brasil a ter o maior programa latino-americano de alimentação escolar, atendendo por volta de 2.000.000 de educandos.

Uma parte dos alimentos, leite em pó, margarina, e vitaminas em cápsulas eram enviadas ao Brasil que ficava responsável pela complementação, a compra de alimentos com alto valor nutritivo, a mistura de gêneros alimentícios deveriam ser mesclados ao leite em pó.

A merenda escolar tem no ano de 1954 sua aderência aos alimentos compensadores, ou seja, a adequação desses alimentos as dietas estabelecidas para a merenda escolar de acordo com idade, série e nível de desnutrição dados pela amostra do público escola. De acordo com Stefaninni (1997):

Os “alimentos racionais” eram principalmente farinhas enriquecidas de cereais e leguminosas, como o milho, o trigo, o arroz e a soja. Dava-se preferência àquelas às quais eram adicionados minerais e vitaminas e que estivessem prontas para uso, de cozimento rápido. A composição delas deveria conter: 10% de proteínas (sendo 2% de origem animal) 18% de cálcio, 1mg% de tiamina, 600 mcg% de riboflavina, 8 mg% de niacina, 12000 Unidades Internacionais de Vitamina A e 12000 Unidades Internacionais de vitamina D2. (STEFANINNI, 1997, p. 36 *apud* COIMBRA, 1982)

Stefaninni (1997) faz ainda uma denúncia quanto despreparo dos responsáveis pela compra dos alimentos complementares, visto que este cargo não era ocupado por técnicos em nutrição, e sim por indicação política. Cabe ressaltar um pequeno retrocesso que a nomeação política de um superintendente sem conhecimentos nutricionais traz para a política pública de alimentação.

Percebe-se que, até o final dos anos de 1950, as políticas públicas de educação alimentar estavam voltadas para a compensação nutricional deixando de lado o valor educativo de forma a atuar no desenvolvimento pleno da população, estando mais focadas nas classes menos favorecidas e trabalhadora.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956 até 1961) deu continuidade de forma crescente às políticas públicas de alimentação. A situação nutricional do país já apresentava significativas melhoras se comparada com os dados de outrora.

O Governo da época trouxe novas atribuições para a CME transformando-a em Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), instituída pelo Decreto nº. 39.007, de 11/04/1956. Esse decreto possibilitou abrangência de nacionalidade à merenda escolar como pode-se observar pelo Art. 2º,

Cabe a Campanha Nacional de Merenda Escolar, dando cumprimento ao que dispõe o item 3º, alínea b, do art. 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1956: a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares ou que se destinam a proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira; b) estudar e adotar providências destinadas a melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo; c) promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transporte para sua cessão a preços mais acessíveis.

Em 1961, o governo de Jânio Quadros se apresenta como um período complicado para a merenda escolar já que são cortados ano a ano a ajuda da UNICEF e o CCC baixa de forma considerável a venda de leite em pó com a justificativa de baixa quantitativa dos excedentes. Nesta época, o governo fecha acordo com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e restabelece a compra de leite em pó e outros alimentos.

Na Ditadura Civil Militar, tempos difíceis para permanência das conquistas anteriores, não foi diferente com as políticas públicas de alimentação escolar. Josué de Castro foi exilado do país, morreu em Paris no ano de 1972 sem regressar ao Brasil. (TEIXEIRA, 2008).

Em 1965, foi criada a fracassada Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) durante a presidência de Castelo Branco. O governo de Costa e Silva extinguiu o SAPS em (1967), a Merenda Escolar ficou a cargo do Programa de Alimentos para a Paz criada em 1962. As novas transações dos governos brasileiros e americanos geraram congressos que trazem de volta ao cenário das políticas de alimentação escolar em parceria com a USAID.

A análise deste período pode ser melhor compreendida a partir de Stefanini (1997) em que destaca a presença dos formulados na alimentação escolar e a doação de máquinas para fabricação de alimentos enriquecidos ao Brasil pelo EUA. E ainda as reuniões anuais que trazem novos estudos nutricionais referentes ao enriquecimento das farinhas e como estas poderiam ser misturadas com outros alimentos de maneira nutritiva.



As melhorias na alimentação nacional se faziam presentes em periódicos lançados na década de 1970 que traziam resultados estaduais positivos apesar da dura realidade do caminho ainda necessário a se percorrer pelas políticas públicas de alimentação. A ignorância quanto aos alimentos responsáveis por proteínas e vitaminas era grande e crianças ainda morriam de fome. O atendimento alimentício e nutricional das gestantes e lactantes era tão vulnerável quanto os de idade escolar.

De acordo com Stefannini (1997) os dados de alimentação escolar durante o período militar também sofrem distorções de acordo com os órgãos divulgadores. A soma da quantidade de alimentos internacionais recebidos mais a parte complementar cabida ao Brasil não resultavam na quantidade de merenda que eram divulgadas.

Fica a impressão de uma propaganda governamental no lugar da verdadeira preocupação das políticas públicas de alimentação, merenda e nutrição escolar. A alimentação e nutrição deveriam caminhar juntas para uma melhoria mais acentuada e menos paliativa

A nutrição escolar também aparece de forma confusa pois os planos não trazem resultados numéricos e plausíveis de comparação. Os órgãos governamentais apresentam programas e medidas quanto á alimentação escolar como merenda, os valores nutricionais são estudados, divulgados, incentivados, criam-se planos para a educação ser também nutricional, porém, o foco educacional da merenda não é visível no dia-a-dia da escola.

A educação nutricional formal é uma incógnita. Isso dentro de um cenário intelectual nutricional crente que a falta de nutrientes protéicos é capaz de mutilar intelectualmente as crianças de 0 a 6 anos, quando essas apresentam sua maior fase de crescimento físico. A escola sempre foi um dos melhores lugares para a implementação da educação nutricional por atender muitas crianças, por ter um público mais suscetível as mudanças de hábitos.

Para consolidar as iniciativas da época é criado, em 1972, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), pela Lei nº 5.829. Vale destacar a vinculação desde instituto ao Ministério da Saúde (MS) na junção de interesses semelhantes de saúde e educação tanto por parte do MEC como por parte do MS.

No contexto, havia lutas sociais por melhores condições sim, mas a resposta governamental era mais uma vez assistencialista, de atendimento imediato da crise e sem objetivos mais profundos de resolução gradativa da situação, agravando o problema da fome e desnutrição. De 1971 a 1974, uma considerável baixa das políticas públicas de alimentação foi identificada. Se outrora essas políticas tinham, uma sutil intenção de ser menos paliativa e

mais social e digna, no governo da Ditadura Civil Militar tais intenções desaparecem por completo.

Em 1973, o INAN cria o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) com o objetivo de melhoria na situação de alimentação nutricional da população melhorando suas condições de renda e saúde, produtividade para os trabalhadores e educacional para o educando. Este infelizmente não vingou, sua atuação não chegou a ser operacionalizada, mas suas ideias não são descartadas, tendo em 1976 uma reestruturação, com o PRONAN II, que acabou por criar várias linhas de atuação dos programas de suplementação escolar e possuía atuação de incentivo à produção local de alimentos.

Essa ação convergia com as políticas de economia pois visava proporcionar ao pequeno produtor rural uma via de trabalho e remuneração constante de abastecimento da merenda escolar. São as primeiras tentativas palpáveis de transformação do caráter assistencialista das políticas de alimentação escolar.

O Programa Nacional de Merenda escolar (PNAE) atua em conjunto com o PRONAN II em busca de uma maior aproximação dos hábitos alimentares regionais nos cardápios escolares, traz as primeiras práticas de descentralização da compra de gêneros alimentícios, monitoramento da qualidade nutritiva da merenda e o desempenho nutricional e educacional dos atendidos pela merenda escolar. Cabe resaltar a atuação do PRONAN II com a aplicação da merenda escolar aos pré-escolares em 1977 que foram tomadas como responsabilidade do PNAE com a desarticulação do PRONAN II.

A década de 1980 começa com mudanças significativas para as políticas públicas de alimentação escolar. Nessa década é criada em seu primeiro ano o Instituto Nacional de Alimentação Escolar (INAE), ligado ao PNAE. O INAE buscou comprar alimentos regionais visando de respeitar a cultura alimentícia local e ainda os interesses econômicos das respectivas regiões.

Na década de 1980, a situação política do Brasil era de endividamento por conta das decisões e políticas ligadas ao processo de crescimento nacional. Este crescimento não se dava de maneira adequada gerando aumento dos desempregados, agravamento das crises nutricionais e queda na produção nacional.

Neste contexto, o Ministério da Educação e Cultura tem como decisão política a fusão do INAE com a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) criando a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Essa junção colocou as assistências de material escolar,

bolsa estudantil e merenda escolar num mesmo programa, e consignou as Secretarias de Educação.

As secretarias Estaduais de Educação passam a ser responsáveis pela compra dos gêneros alimentícios por decisão da Lei Estadual nº 573/83. Uma década antes, em 1983, Mais exatamente o atendimento do PNAE já era insuficiente e a quantidade e qualidade da merenda oferecida nas escolas era inferiores à proposta do programa.

Deve-se salientar o centralismo autoritário na condução da política de alimentação. Todas as decisões eram tomadas antes de chegar aos municípios e aos estados: o que chegaria, quando, quanto, para quanto tempo. Este centralismo não permitia a participação dos que eram favorecidos pelos programas. (TEIXEIRA, 1997, p.26)

As incertezas em relação aos gêneros alimentícios da merenda escolar se acumulavam com os problemas de distribuição, alimentos vencidos e mau conservados o que dificultou sua aplicação de modo seguro e eficaz. Quando o carregamento dos gêneros não podia ser entregue por problemas de transporte, a merenda não era servida.

Não havia, evidentemente, uma preocupação pedagógica com a merenda escolar. Esta era um ato meramente administrativo, não pedagógico. Por um certo tempo, interromperam-se as tarefas que eram consideradas pedagógicas para a realização da merenda. Não se colocavam questões como participação social, sobre a distribuição, compra, consumo, etc... (TEIXEIRA, 1997, p.26)

O fim da Ditadura Civil Militar e início da Nova República em 1985, tinham como cenário um Brasil carente em políticas econômicas e sociais. Os discursos do candidato a presidência, Tancredo Neves, eram de resgate social, econômico, do orgulho nacional, da liberdade política e intelectual do país. A morte de Tancredo e a presidência assumida por José Sarney não mudam esses discursos.

Para minimizar os percalços enfrentados na condução da compra e distribuição da merenda escolar, foi criado o Conselho Municipal da Merenda Escolar com o objetivo de auxiliar nas políticas referentes à merenda, incluindo a compra, conserva e preparo dos gêneros e por fim o oferecimento da merenda escolar.

Aumentou-se a distribuição da merenda escolar, permitiu-se o aumento de alimentos regionais adquiridos de forma mais econômica aos cofres dos programas de subsídio de políticas públicas de merenda escolar, mais variedade dos produtos e com uma aceitabilidade maior dos educandos.

O marco da década de 1980 é a Constituição Federal (CF), nela a alimentação escolar é decretada como direito no capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação, Art 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O direito à educação, saúde e alimentação são tratados pela CF 1988, juntamente com a divisão destas responsabilidades entre Estado, família e indivíduo. Frente aos direitos e deveres de ambas as partes a luta, pelas políticas públicas de alimentação escolar não podem ser simplesmente tratadas como paliativas, no sentido de alimentar mal e insuficiente os educandos e sem maiores pretensões de uma nutrição promotora de saúde e desempenho escolar.

No governo de Fernando Collor (1990-1992), as políticas públicas de alimentação não estão isentas de tratamentos disformes sem o arcabouço político.

Um fato no contexto da política de alimentação foi deveras revelador. Nessa época, era presidente do INAN um representante da Associação Brasileira da Indústria da Nutrição (ABIN), o qual priorizava nitidamente os interesses dos produtores de alimentos formulados. Em decorrência disso, o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) passou a usar alimentos básicos industrializados (fiambre bovino, macarrão de milho, leite desnatado enriquecido). (TEIXEIRA, 2008. p, 28)

O impeachment de Collor traz Itamar Franco à presidência no ano de 1992, onde a participação social era grande e forte. Resultado de manifestações sociais e a Ação da

Cidadania pela Fome a Miséria e pela Vida, norteadas pelo sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho.

O movimento impulsionado por Betinho escancara a real situação de fome alertando a necessidade de maior organização nas atuações das políticas públicas de alimentação de maneira eficaz. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz, em 1991, pela primeira vez, os números reais da fome. Havia 32.000.000 de brasileiros em situação de fome. Diante desses dados medidas emergenciais são tomadas pelo governo e fora dele. A exemplo disso, a Ação da Cidadania pela Fome a Miséria e pela Vida que distribuía comida de forma gratuita, sem ajuda governamental, aos “miseráveis”. Neste período, o governo cria os Comitês de Combate a fome de atuação emergencial e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), visando a diminuição da fome e do desemprego.

Nos anos 1990, acontece a descentralização do PNAE, como atribuição da FAE, ficando os estados e municípios responsáveis pelas compras dos gêneros alimentícios da merenda escolar. Um fato importante neste contexto foi a compra de produtos formulados que passa a ser desacelerada de forma gradativa, dado o alto custo, resultando em uma economia de verbas voltada para compra estadual e municipal de produtos internos. Esse retorno à valorização da cultura alimentar regional apresenta maior aceitabilidade por parte dos educandos e das merendeiras.

As diminuições dos formulados trouxeram o aumento de produtos *in natura* para o prato dos estudantes. O objetivo da FAE ao descentralizar o PNAE é de maior alcance qualitativo e quantitativo da merenda escolar visando um rendimento maior do educando referente à aprendizagem.

A Medida Provisória nº. 1.784 de 1998 refere-se à forma como será dada a descentralização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE e destes para as Secretarias de Ensino dos estados e municípios e DF de forma automática, sem necessidades de contratos e afins.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) criado pela lei nº 11.947 de 2009, faz parte das medidas tomadas para o pleno funcionamento da descentralização do PNAE. O CAE é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento que tem como objetivo trazer a representação social da comunidade e da escola como um todo para a merenda escolar. A fiscalização da execução do programa garante a segurança alimentar e nutricional, o uso correto dos recursos recebidos e a qualidade da merenda escolar. De acordo com a Cartilha Nacional da Merenda Escolar (2014), “Os Conselhos estão constituídos em 5.570 municípios

brasileiros, nos 26 estados e no Distrito Federal, totalizando, aproximadamente, 80.000 conselheiros.”

Inicia-se o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995 e este continua até 1998 seguindo a herança das diretrizes de políticas públicas de alimentação e alimentação escolar dos governos anteriores. No primeiro ano de governo, FHC extingue o CONSEA, o que, de acordo com Teixeira (2008), significa um retrocesso da participação ativa da sociedade civil quanto à segurança alimentar.

O gerenciamento do PNAE pelo FNDE durante o governo FHC procura promover maior aderência a descentralização do PNAE, válida a Medida Provisória nº 1.748, de 1998 onde modificações na forma como são repassados os recursos para os estados e municípios são inauguradas.

Esses recursos passam a ser repassados de forma parcial, com base nos dados de matrícula do censo escolar anterior ao presente atendendo escolas públicas e filantrópicas. O FNDE tem seus recursos consignados ao orçamento da União, estes são transferidos ao PNAE que os repassa para as Secretarias de Educação dos estados, Distrito Federal e municípios que finalizam o repasse com as escolas de sua autarquia.

Conforme a Medida Provisória nº 1.784/98, a contribuição recebida é de uso exclusivo de alimentos para a merenda escolar sendo a última de caráter suplementar. Quanto à compra dos gêneros alimentícios, a Medida Provisória define que estes devem estar de acordo com as opiniões do CAE, respeitar os hábitos alimentares regionais, dar preferência a alimentos *in natura*, buscar respeitar as safras agrícolas. O cardápio deve ser elaborado por nutricionistas capacitados para tal conforme.

Com o PNAE novas medidas são tomadas. A preocupação com a alimentação escolar cresce gradativamente com sua passagem como de direito do educando das escolas públicas e responsabilidade do Estado.

Devido ao caráter assistencialista destas políticas, busca-se articular a assistência de forma digna para com sua região com intencionalidade de oferecer a merenda não como uma imposição alimentar biológica que buscava salvar o educando das doenças e martírios educacionais que a fome poderia trazer, para ser uma via de mão dupla na ajuda social e educacional e nutricional dos educandos.

As políticas sociais e econômicas do país têm tudo a ver com esse novo rumo da alimentação escolar, pois permite articulações de uma engrenagem mais favorável tanto ao

educando como ao produtor, o professor e os demais trabalhadores da educação. Nesse sentido, a educação cresce de forma qualitativa e quantitativa com a ajuda da Merenda Escolar. Crianças e jovens frequentam mais as escolas, o tempo de aula é melhor aproveitado por crianças nutridas e compõem um quadro maior de aprendizados e bons resultados intelectuais. Não é por acaso que o PNAE é o maior e mais antigo programa de alimentação escolar do mundo.

A década de 1990 traz para a educação além de mudanças positivas na Alimentação Escolar a aprovação da Lei Nº 9.394 de 20/12/1996, sancionando as novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que traz no seu Título I. Art. 1º o conceito de educação utilizado neste trabalho.

Em 10 de julho de 1999, o Ministério da Saúde (MS) cria a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) pela Portaria nº 71 que se coloca como responsável pela posição decisiva da alimentação e nutrição e traz a preocupação do MS para com a saúde alimentar e nutricional também no âmbito da educação.

O segundo Governo FHC, de 1999 a 2003, traz no ano 2000 a Resolução nº 015, do então presidente do FNDE, Paulo Renato Souza que trata dos objetivos do PNAE como provedor suplementar nutricional do educando, agente redutor da evasão e da repetência escolar, e na formação de hábitos alimentares saudáveis, promotores de saúde e bom desempenho escolar.

No campo das políticas de alimentação na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) foi implementado o Fome Zero. Os principais objetivos eram a diminuição da fome no país, a segurança alimentar e a nutrição. O Programa fome Zero se tornou uma política de governo conjunta com muitos ministérios a fim de mudar o cenário do país diante da fome.

No ano de 2004, a Organização Não Governamental (ONG), Ação Fome Zero (AFZ), criou o Prêmio Gestor Eficiente Da Merenda Escolar que consiste em um prêmio de reconhecimento da boa gestão dos recursos do PNAE em todas as suas etapas. A aplicação dos recursos de modo geral é avaliada quanto à qualidade, quantidade e à regularidade dessa gestão.

Em 2005, o PNAE, junto com o MEC e o FNDE acordaram com a FAO um memorando de disseminação do PNAE para com outros países de atuação da FAO para o combate à fome e à desnutrição através da merenda escolar. O PNAE se torna um programa modelo de alimentação.

Em novembro de 2005, aconteceu em Brasília a II Conferência Nacional de Alimentação Escolar, os dados de pessoas abaixo da linha de pobreza eram de 11 milhões de pessoas, e é com esse dado que o PNAE completa 50 anos de atuação e se propõe a futuras renovações para o atendimento eficiente da Merenda Escolar objetivando a aprendizagem, o rendimento escolar e nutricional do educando, a promoção de hábitos saudáveis e do oferecimento de mínimo 15% das necessidades nutricionais diárias do tempo escolar referentes a faixa etária de cada educando.

A preocupação do PNAE com a alimentação escolar recebe uma maior atenção por meio da Portaria 1.010 de 8 de maio de 2006, que dispõe com mais clareza o objetivo da promoção de alimentação saudável da merenda escolar. É justamente o caráter de desnutrição dos educandos da educação básica que preocupa.

A maioria desses educandos estão acima do peso, obesos, consumindo alimentos ricos em gorduras saturadas, açúcar e de alto valor calórico e baixo valor nutritivo. Geralmente esses alimentos não contém taxas significativas de fibra alimentar, ou seja, não alimenta, apenas engana o estômago e prejudica a saúde como um todo.

Atualmente, percebe-se a continuidade das políticas de incentivo à agricultura familiar ao PNAE, a busca pela emancipação da merenda escolar como ela realmente é, ou seja: uma refeição complementar servida ao educando gratuitamente nas escolas da rede pública, filantrópica, quilombola e indígena. Que atende toda a educação básica com o objetivo de ajudar no processo de nutrição dentro das horas passadas na escola, na formação de hábitos saudáveis de alimentação, respeito à cultura alimentícia regional e educacional nutritiva. Para a plena formação do cidadão, pela promoção da saúde e educação. A Merenda Escolar está inserida na escola, é intrínseca a ela, deve ser executada para além da ideia de reconhecimento da escola como lugar de alimentação desvinculada de caráter educacional.



## **CAPÍTULO 2 : O PROGRAMA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR COMO POLÍTICA PÚBLICA.**

Neste capítulo o objetivo é situar o Programa Nacional de Merenda escolar nas políticas públicas de assistência social no Brasil. Nesse sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) criada pela Lei nº 8.742/1993 é um importante instrumento legal de luta na consolidação das ações voltadas para a alimentação escolar direcionada para a seguridade social. A seguridade social é o conjunto de ações voltadas à busca e construção da sociedade livre e justa para com todos.

O entendimento da Merenda Escolar, na sua primeira fase como ação única e exclusivamente de emergência perante o estado de fome, desnutrição das crianças e miséria de suas famílias evidencia a escola como um espaço para atender grande número dessas crianças. Diante disso, as políticas sociais incluídas no FNDE via PNAE buscam fortalecer a escola como este espaço.

A LOAS busca atender as necessidades sociais básicas, procura atuar de forma preventiva nas incidências de risco de modo a proteger a família, a criança, o adolescente e a terceira idade, assim como as gestantes.

Estas ações buscam a autonomia do sujeito e não sua dependência permanente. A resposta das ações do governo para a pobreza que a LOAS traz é de antecipação de ações das políticas públicas com objetivo de garantir o mínimo para a sobrevivência de modo universal, priorizando a dignidade.

O PNAE enquanto parte da Política Pública de Assistência Social busca atender como garantia e defesa do direito à alimentação. De acordo com a LOAS, o PNAE atua como política pública de atendimento e de defesa e Garantia dos direitos e na criação de novos direitos. Como exemplo, podemos citar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que permite ao cidadão participação social plena e ainda de promoção educacional por atuar juntamente às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no oferecimento de capacitação de seus membros.

Desta forma, a LOAS e o PNAE pretendem atuar no enfrentamento da pobreza e na proteção social do indivíduo visando a autonomia do sujeito, garantindo o mínimo para que este sujeito não abandone a escola. Tais iniciativas devem promover educação crítica e com subsídios para ajudar este sujeito em sua integração profissional futura. Para tanto, faz-se necessário a aplicação da merenda escolar como garantia nutricional de forma complementar.

Para Albaneide Peixinho (2013), coordenadora geral do PNAE à época:

Até 2002, o foco da merenda escolar era combater a evasão escolar. O legislador entendia que o aluno ia para a escola para comer. Hoje, há um entendimento que a merenda é um processo educativo, de formação de hábitos saudáveis e que deve contribuir para aprendizagem e o rendimento escolar

Conforme Barros Bezerra (2009), o caráter assistencialista da política de educação não é visto socialmente da mesma maneira que a política de alimentação. Esta se transveste de esmola com ideologias de manutenção do *status quo* quando em linhas gerais os programas de merenda escolar nacionais não foram assim construídos.

Ao contrário do que se prega pelo senso comum, as crianças não vão à escola pela merenda escolar. Barros Bezerra (2009) em seu estudo sobre a “Alimentação e escola: Significados e implicações curriculares da merenda escolar” verificou que somente o grupo dos alunos e seus responsáveis não enxergam na merenda escolar o caráter de esmola que esta recebe.

Para os alunos e responsáveis, a merenda escolar está presente na escola como qualquer outra parte e função dela como educadora. Para os demais grupos de diretores, coordenadores, professores e merendeiras, a merenda é crucial e dela depende o desempenho de aprendizado, a frequência do educando e com certeza, a sua estrutura nutricional.

Barros Bezerra (2009) ainda alerta que a visão do aluno de escola pública é de miserável. Este conceito de pobreza do público atendido vem do juízo de valor desses grupos e, na concepção do autor, tem por finalidade tirar da escola seu papel de educador e colocar a responsabilidade do desempenho dos educandos na precariedade do atendimento do PNAE. Quando a comunidade de uma escola coloca essa responsabilidade no PNAE percebe-se a falta de conhecimento dessa política pública e também da responsabilidade da escola como educadora.

No contexto das políticas públicas de assistência social vale, ressaltar a Educação Nutricional Alimentar (ENA). Até a década de 1990, a ENA não teve muito espaço nas escolas de educação básica no Brasil. Os olhares de interesses por parte do governo só se voltaram para os benefícios da alimentação segura e nutritiva quando a área econômica já se apresentava de certa forma, mais estável e poder aquisitivo do cidadão para os alimentos era maior.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas traz o conceito de ENA (2012. p, 23)

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial, multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da ENA deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar

Nesta época, a ENA passou a ocupar maior espaço na educação básica na busca pela promoção de práticas de alimentação saudáveis passando inclusive a contemplar as políticas públicas de alimentação no país. O PNAE contribui diretamente para com a ENA defendendo a alimentação saudável em suas diretrizes na promoção da socialização dos conhecimentos nutricionais dentro da comunidade escolar.

A ENA visa a promoção de hábitos alimentares saudáveis e adequados à faixa etária escolar com objetivo de prevenir doenças, cabendo à escola promover a construção de conhecimentos e ensinamentos dos benefícios que a alimentação saudável traz para o físico e o mental na estrutura humana.

Os educandos devem sentir a vontade e a necessidade de conhecimento dos alimentos e suas funções, isso é, fazer parte do processo. Esses conhecimentos devem alinhar a ciência e a cultura dos escolares para que se mantenha um equilíbrio e não uma imposição de ensinamentos.

A ENA propõe a autonomia dos educandos na escolha dos alimentos de modo efetivo, nutricional e proporcional de qualidade e quantidade. O modo como o indivíduo aprende a se alimentar nem sempre ocorre de maneira adequada tanto na escolha dos alimentos, no que diz respeito à qualidade, quanto no que se refere à quantidade.

Muitas vezes o hábito de comer prazerosamente acaba sendo construído com alimentos ricos em açúcar, gorduras, frituras e sódio, o que provoca uma formação de hábitos alimentares prejudicial, já que o sujeito deve consumir vitaminas e nutrientes fundamentais para o seu desenvolvimento completo.

Outro mal característico dessa formação inadequada de hábitos alimentares e a satisfação de comer somente ou preferencialmente alimentos pobres em nutrientes e vitaminas

e o sentimento de desprazer relacionado aos alimentos saudáveis. Os riscos que uma dieta desequilibrada traz para os escolares são inúmeros.

A ENA deve proporcionar uma ligação direta, prazerosa e de curiosidade para com os alimentos. Esse interesse deve se estender ao preparo das refeições, à função do ato social de se alimentar e à necessidade de uma nutrição balanceada para a saúde e o bom desenvolvimento físico e intelectual. Desse modo, a ENA não deve ser excluída da escola.

A alimentação não pode ser tomada como algo banal ou de responsabilidade exclusiva da criança. É necessário o ensino e o preparo emocional de uma dieta saudável.

De acordo com Lima, Oliveira e Gomes (2003) é possível perceber a necessidade de atuação da educação nutricional alimentar na década de 1940 a 1960 com ação voltada para a diminuição da ignorância nutricional. Essa ignorância era vista tanto na classe trabalhadora quanto no Estado em não conhecer seu real cenário de fome e desnutrição. Atualmente, a ENA se volta para a necessidade de segurança alimentar e auxílio nas decisões nutricionais.

Sem a devida atuação escolar como um todo, coordenação, merendeiras, didática do professor, alunos e comunidade, a ENA fica restrita à ação da Merenda Escolar com o PNAE. As políticas de controle e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis fazem parte da reestruturação das cantinas comerciais escolares com a ordem de oferecer alimentos mais saudáveis aos educandos.

Quando ações educativas significativas não são planejadas pela escola como um todo, os exemplos de hábitos alimentares e nutricionais saudáveis ficam limitados à observação dos educandos perante a merenda escolar.

Essa observação acontece de modo descontextualizado, pois conta apenas com um contexto vago do conceito de alimentação nutricional e saudável. O educando não vai aprender por ele mesmo o porquê que alguns alimentos são adequados à saúde nutricional e outros não.

A grande exposição dos escolares a mídia tende a atrapalhar essa educação feita a partir da Merenda Escolar. As propagandas de alimentos se utilizam de imagens e textos na defesa vitamínica e saudável de seus produtos, sem uma educação nutricional alimentar crítica e adequada o educando é levado a crença de que essas propagandas é que estão certas.

O paladar da criança também necessita de variedades e educação, se a criança só aprecia a degustação de alimentos de baixo valor nutritivo e ricos em sódio, glicose e gorduras saturadas, a ENA deve trabalhar esse paladar.

Os escolares necessitam de ensinamentos efetivos e este objetivo está presente nas diretrizes da ENA definidos no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas visando a autonomia alimentícia e adequada do cidadão. Essa educação deve ocorrer de maneira formal e curricular com a atuação de professores aptos no oferecimento da construção desses saberes de forma atualizada e dinâmica, visto que a formação de hábitos alimentares saudáveis consiste em uma aplicação contínua desses saberes e não somente no repasse de informações de modo tradicionalista.

Infelizmente, a Educação Alimentar e Nutricional não está presente nas diretrizes curriculares de muitos dos cursos de Licenciatura como, por exemplo, a de Pedagogia. Conforme a cartilha da merenda escolar, a atuação de um nutricionista na escola juntamente com a merendeira é recomendável. No entanto, o Estado não garante a presença destes profissionais e do ponto de vista pedagógico este conteúdo em relação ao currículo escolar fica defasado. O campo da nutrição merece espaço significativo dentro do curso de formação inicial e continuada dos profissionais da educação. No Brasil, o tema da educação alimentar ainda é pouco debatido e estudado do ponto de vista do espaço escolar, o que acaba por prejudicar a ação docente pretendida pelas políticas públicas de alimentação.

Para ilustrar o contexto da implementação das políticas públicas na educação alimentar, Pedraza e Andrade (2006) no artigo intitulado “A alimentação escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição” destacam:

A problemática fundamental dos programas de alimentação escolar consiste na dificuldade encontrada para formular com clareza seus objetivos. Essencialmente assistenciais e nutricionais, como nos países pobres, ou também educativos (compreendida como um direito do cidadão e um dever do estado ao ser o responsável pelo bem-estar das crianças, inclusive por sua alimentação enquanto estão na escola), como em muitos países do Primeiro Mundo. A pergunta “para que fornecer refeições aos estudantes nas escolas” tem recebido muitas respostas, expressando diferentes óticas: prevenir problemas da desnutrição (ótica da saúde), evitar o fracasso escolar (ótica da escola), matar a “fome do dia” como problema produto de uma única necessidade insatisfeita (ótica assistencial), e o respeito para com os alunos (ótica da demanda). Esta última ótica está relacionada com questões como a atenção das crianças nas atividades escolares; a frequência, evasão e repetência escolar; e a necessidade decorrente das energias gastas durante o período escolar. Corresponde a cada Programa de Alimentação Escolar definir ou estabelecer a magnitude dos problemas mediante um diagnóstico ou avaliação inicial.

Segundo Oliveira e Oliveira (2008), os projetos educacionais para ENA no Brasil são:

**Projeto Educação à Mesa** que faz parte do Fome Zero e tem parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (MDS) e o Instituto Roberto Marinho. Tal programa tem como objetivo a promoção de alimentação saudável como um direito humano, o combate de preconceito culturais que impedem a formação de hábitos alimentares saudáveis, a conscientização populacional quanto ao desperdício de alimento, a promoção de educação para a utilização racional dos recursos naturais na produção alimentar, e por fim o estímulo do uso dos alimentos regionais na alimentação.

**O Projeto Criança Saudável, Educação Dez**, em parceria com a Editora Globo, o MS, o MEC, o FNDE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Faz parte dos objetivos do programa a divulgação de conteúdos educacionais que visam a prática de hábitos saudáveis e segurança alimentar ao público escolar das escolas públicas. Vale destacar que, dentro desse projeto, as escolas municipais contaram com a ajuda de uma nutricionista na capacitação dos professores para a atuação destes no projeto com o propósito de oferecimento de ENA.

**O Projeto Eu Aprendi, Eu Ensinei** desenvolvido em parceria com o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), O MDS, O Fome Zero, a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades) e a Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). O objetivo do programa é capacitar professores e alunos de escolas públicas estaduais de ensino médio, quanto ao tema da nutrição e saúde, na busca pelo combate e na prevenção das situações de risco de fome e desnutrição na infância por meio de ações de protagonismo e empreendedorismo dos jovens.

Tais projetos fazem parte da política nacional de educação alimentar e apesar de seu caráter assistencialista, não devem ser enxergadas como esmolas pela população. A assistência aos mais carentes e necessitados é dever do Estado e direito do cidadão. Não cabe reconhecer nas políticas públicas uma personalidade paliativa e meramente assistencialista com intenção de retirar do Estado a sua obrigação e do cidadão o seu direito.

Segundo, Brito (2004) a utilização dos recursos públicos nas políticas públicas atua como garantia do controle social e é uma forma de controlar a dimensão das concentrações de renda pelas elites sociais.

O PNAE é uma política pública de alimentação escolar, de dever do Estado, direito do escolar que contam com ações governamentais na busca por atender de forma cada vez mais clara e objetiva os direitos dos escolares à merenda escolar e suas atribuições de nutrição

suplementar e educacional. Uma política pública deve caminhar intrinsecamente com a evolução e capacitação dos direitos do cidadão.

Ao longo do PNAE, observa-se a evolução de desconstrução do seu caráter emergencial e assistencialista mais paliativa, para uma estratégia mais facetada de atendimento aos escolares. A merenda escolar vai deixando de ser uma ação de política pública voltada de forma exclusiva para a única forma de nutrição dos escolares e passa a ser reconhecida como uma ação de política pública Estatal voltada para a suplementação nutricional dos escolares. É possível observar essa mudança de personalidade do PNAE com a abertura e participação da sociedade por meio das compras com os produtores rurais locais e da participação social por meio do CAEs.

Embora perceba-se a mudança no caráter assistencialista atribuído a PNAE para que efetivamente se perceba uma mudança concreta, há que se investir na sua efetivação de modo adequado à alimentação e educação alimentar.

## **2.1 - A saúde Escolar e seu papel na educação**

Na década de 1937, a saúde escolar se dedica em grande parte às políticas sociais assistencialistas, e suas primeiras ações se davam juntamente entre o Ministério da Saúde e Educação, com a administração das atividades de educação escolar, extraescolar e da saúde pública e assistencialista. A separação dessas responsabilidades se deu pela criação em 1953 do Ministério da Saúde e a centralização dos serviços de saúde por meio deste.

Segundo Conceição (1994), a política de Saúde Escolar assim como o PNAE tem atuação na escola devido ao grande número de crianças passíveis de atendimento continuado dentro do sistema educacional. A preocupação com a Saúde Escolar na verdade era com todas as crianças, recém-nascidas e de idade escolar. A baixa frequência escolar pelo educando e a alta taxa de crianças não matriculadas dificultava o atendimento da Saúde escolar que se convertia em órgão oficial de assistência à saúde dos escolares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente enfatiza o direito à saúde da criança e do adolescente em seus Artigos nº 7 e nº11. No Artigo nº 53 é novamente assegurado o direito a educação de modo a promover de maneira plena a cidadania e a qualificação para o trabalho, e a saúde faz parte desse desenvolvimento pleno e é dever da escola a promoção dessa educação.

Os Parâmetros curriculares Nacionais apresentam orientações quanto à Saúde Escolar e Educação Alimentar e Nutricional e a contextualização destes dois temas aparece dentro da

educação formal curricular como de responsabilidade escolar. Ainda enfatiza a necessidade de bons hábitos alimentares saudáveis para o desenvolvimento e permanência da saúde. A educação escolar deve ser enfatizada no trabalho de formação e mudanças de hábitos educacionais retrógrados.

Já as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica definidas em 2013, cita a Educação Alimentar e Nutricional em dois momentos. O primeiro no que diz respeito à vida social e ao dever da escola de intensificar os bons hábitos com exemplos diários passados por toda a comunidade escolar. O segundo trata dos projetos escolares em que 20% dos conteúdos podem ser usados no PPP da escola para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional.

Conforme Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica no que se refere à organização da matriz curricular pelo menos, 20% do total da carga horária anual ao conjunto de programas e projetos interdisciplinares eletivos criados pela escola, previstos no projeto pedagógico, de modo que os sujeitos do Ensino Fundamental e Médio possam escolher aqueles com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência. Tais programas e projetos devem ser desenvolvidos de modo dinâmico, criativo e flexível, em articulação com a comunidade em que a escola esteja inserida

No âmbito da saúde escolar, no ano de 2007 foi instituído o Programa Saúde na Escola - PSE, que consiste numa política intersetorial da saúde e da educação, pelo Decreto Nº 6.286 que institui o Programa Saúde na Escola (PSE):

Art. 3º O PSE constitui estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde da família e da educação básica. I - descentralização e respeito à autonomia federativa; II - integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde; III - territorialidade; IV - interdisciplinaridade e intersetorialidade; V - integralidade; VI - cuidado ao longo do tempo; VII - controle social; e VIII - monitoramento e avaliação permanentes.m (BRASIL, Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007).

A alimentação saudável e a saúde nutricional estão presentes dentro das ações do PSE e tem a educação em saúde de forma permanente dentro do currículo escolar. O objetivo do PSE é promover ações de prevenção, promoção e atenção à saúde aos educandos adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira. O PSE é uma estratégia de



cooperação da saúde e educação para o pleno desenvolvimento da cidadania e visa uma melhor atuação das políticas públicas no país.

As atividades voltadas para a promoção, prevenção e atenção à saúde devem ser pensadas e executadas de modo a prevenir o aparecimento de doenças, seja qual forem, e a alimentação adequada em valores nutricionais qualitativos e quantitativos para cada fase da vida humana é uma das principais formas de prevenção de doenças.

O ensino de saúde deve contar com professores e profissionais preparados de forma ampla para tal exercício, de outro modo os objetivos de formação plena não conseguem se efetivar de modo digno.

Com este objetivo, a cartilha do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação, Educação saudável e Sustentável voltado para o técnico em Alimentação Escolar na edição do ano de 2007 define por alimentação saudável aquela que:

Uma alimentação saudável é aquela que atende todas as exigências do corpo, ou seja, não está abaixo nem acima das necessidades do nosso organismo. Além de ser a fonte de nutrientes, a alimentação envolve diferentes aspectos, como valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais. As pessoas, diferentemente dos demais seres vivos, ao alimentar-se não buscam apenas suprir as suas necessidades orgânicas de nutrientes. Não se “alimentam” de nutrientes, mas de alimentos palpáveis, com cheiro, cor, textura e sabor, portanto, o alimento como fonte de prazer e identidade cultural e familiar também é uma abordagem importante para promover a saúde por meio da alimentação.

O MS, a Secretaria de Atenção à Saúde SAS, o Departamento de atenção Básica DAB, e a Coordenação Geral da Política de Alimentação e nutrição CGAN formularam os Dez passos para a Promoção de Alimentação Saudável nas Escolas.

No **primeiro passo** dispõe sobre a necessidade das escolas em fazer escolhas saudáveis, não só no âmbito da alimentação escolar, mas em suas casas também. Portanto, a comunidade deve estar inserida nas estratégias de escolha objetivando a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Ainda salienta, a participação do CAE nas escolhas da alimentação saudável, a necessidade de parceria com os produtores rurais que abastecem a Merenda Escolar para a promoção de uma produção sustentável e de responsabilidade dual com a saúde dos escolares e o meio ambiente.

O **segundo passo** abrange a ENA curricular e formal dentro da Alimentação Escolar com o objetivo de dar sustentabilidade à Educação em Saúde em toda a Educação Básica. Destaca o uso da alimentação escolar como forma de abordar o tema da ENA.

O *terceiro passo* fica com o repasse educacional de incentivo e corresponsabilidades da família na ENA, se a família participa da formação de hábitos alimentares saudáveis fica mais próxima do dia-a-dia e da realidade do escolar, o que ajuda na sua promoção e efetivação. A escola e a família devem se unir física e filosoficamente nesse processo.

O *quarto passo* enfatiza a necessidade de capacitação permanente dos agentes que fazem parte da ação alimentar no cuidado e na produção de alimentação segura e saudável no modo prático e teórico. A cantina escolar deve ser adequada ao preparo em termos de materiais e utensílios, na limpeza e higienização necessária para a segurança alimentar.

O *quinto passo* ressalta a importância da redução de açúcares e sódios, gorduras saturadas, gorduras trans e afins, nos alimentos oferecidos pela escola. A segurança alimentar deve estar sempre atenta às quantidades desses ingredientes, está comprovado que o consumo em demasia desses alimentos pode causar doenças crônicas não transmissíveis. Como ação educativa incentiva a consulta da Tabela Brasileira de Composição de Alimentos TACO na consulta das quantidades indicadas desses temperos.

O *sexto e o sétimo* passo apresenta receitas regionais com uso de frutas e verduras *In natura* no preparo de bolos, vitaminas, tortas salgadas, saladas de frutas, broas, tapiocas. Essas receitas devem ser testadas dentro dos cardápios quanto à aceitabilidade dos escolares. Seu preparo deve comportar menos sal, açúcar e gorduras que as tradicionais. O aumento na oferta de frutas e verduras deve adotar as safras e suas estações de modo a abrir espaço para a variedade e a experimentação de outras frutas e verduras que as crianças apresentem preconceito ou nem mesmo conhecem, dada a variedade brasileira de frutas. Pelo menos uma variedade de frutas da estação deve ser servida aos escolares por dia, as frutas são ricas em nutrientes saudáveis e ajudam no equilíbrio e fazem parte de hábitos alimentares recomendáveis.

A comunidade escolar pode promover hortas e pomares dentro da sociedade, tais espaços podem e devem funcionar a serviço da educação sendo usados didática e economicamente pela comunidade escolar.

O *oitavo passo* fica com a promoção de propagandas incentivadoras aos bons hábitos alimentares. Toda a escola e comunidade devem se unir nessa estratégia. Uma maneira sugerida para essa ação é a criação de um espaço voltado para a comunicação alimentar, o que gera interesse por parte dos alunos e da comunidade.

O *nono passo* oferece a comunicação entre escolas quanto às ações positivas e negativas de alimentação escolar. Assim, a propagação de ideias e projetos é facilitada, existe

ganho de tempo e experiência, de laços de amizade e principalmente de um conjunto maior de escolas desenvolvendo um trabalho no intuito de seguir na promoção de alimentação e formação de hábitos saudáveis de alimentação de modo geral, tanto para as crianças, como para os jovens e também para os adultos do EJA e da comunidade que deve ser convidada a participar ativamente dentro da escola.

O *décimo* e último passo traz a necessidade do cuidado nutricional que deve ser monitorado para atender seu caráter de prevenção de agravamentos das doenças crônicas não transmissíveis, contínuo, pois a formação de hábitos requer continuidade, observação, afirmação e incentivos diariamente.

Os Dez passos para a Promoção de Alimentação Saudável nas Escolas seguem os objetivos e as diretrizes da alimentação saudável, do ENA, do PNAE, da Segurança Alimentar, do Direito Humano à Alimentação Adequada que fazem parte das estratégias de atuação das políticas públicas de alimentação no país. Importante destacar que são considerados alimentos não saudáveis pela estratégia dos Dez passos para a Promoção de Alimentação Saudável nas Escolas:

Balas; pirulitos; gomas de mascar; biscoitos, principalmente os recheados; refrigerantes; sucos artificiais ou adoçados; frituras como risoles, pastéis e coxinhas; maionese; salgados com salsichas e presuntos/apresuntados; salgadinhos de pacote; pipocas industrializadas e outros

A margem deixada por “outros” é preenchida por alimentos semelhantes aos citados e ainda com os mesmos ingredientes e composições. Estes alimentos não devem ser oferecidos e nem servidos pela rede escolar, a publicidade destes também deve ser restrita no ambiente escolar.

Portanto, as políticas para a educação alimentar no Brasil carecem de ações efetivas por parte do Estado visando sua implementação plena. A questão relacionada à educação alimentar deve constar nos projetos pedagógicos das escolas e nas ações educativas em sala de aula e fora delas. A merenda escolar deve ser utilizada como princípio para esta educação já que faz parte do dia-a-dia da escola. Além disso a educação alimentar é um projeto que se levado a sério pelos gestores de políticas públicas pode se converter numa revolução em termos de melhoria da saúde escolar como um todo.

### **CAPITULO 3: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEU FUNCIONAMENTO.**

O programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE implantado em 1955 e encontra-se em vigência desde então. Para que o PNAE possa se efetivar muitos atores necessitam se articular. Conforme sitio do FNDE,

Os recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE realiza transferência financeira às Entidades Executoras (EEx) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento. As Entidades Executoras (estados, Distrito Federal e municípios) são responsáveis pela execução do Programa, inclusive pela utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, que são complementares. É de responsabilidade das EEx garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de seu sistema de ensino. Conforme sitio <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execu%C3%A7%C3%A3o-alimentacao>. Acessado em 03/07/2015)

Dessa forma o PNAE é executado, normatizado, coordenado, monitorado e fiscalizado pelo FNDE, que funciona como uma autarquia vinculada ao MEC. Os recursos da União são repassados ao FNDE que os repassa novamente as Entidades Executoras (EEX) por meio de contas abetas pelo próprio FNDE. As EEXs são as Secretarias de Educação e as escolas federais dos estados, municípios e Distrito Federal, que recebem os recursos de acordo como o censo escolar anterior ao ano de atendimento. Fica o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP, responsável por este censo. Com os números do censo escolar feita a conta: de Total de recursos, Total de alunos + dias letivos + valor per capita TR.

Cada EEX fica responsável pela execução do programa de acordo com a sua forma de administração. A oferta de Merenda Escolar deve ser calculada com base de no mínimo 800 horas de aula no período letivo anual de 200 dias. Os recursos são repassados em 10 parcelas que devem respeitar as normas de compras exclusivas dos montantes de gêneros alimentícios dentro das especificidades da legislação vigente.

A operacionalização do PNAE ocorre de maneira descentralizada por parte dos recursos recebidos pelas EEXs. A forma como estas vão gerenciar tais recursos podem ocorrer da seguinte forma:

**Gestão Centralizada:** O FNDE repassa o recurso, a EEX recebe esse recurso e fica responsável pela pesquisa orçamentária das compras, pelo planejamento dos cardápios, pela supervisão e avaliação da merenda escolar, pelo armazenamento e distribuição e por fim, pela alimentação pronta e oferecida ao escolar. De acordo com Stolarski e Castro (2007), 54,0% das capitais do Brasil se utilizavam do modelo de gestão centralizada<sup>2</sup>.

**Gestão Escolarizada ou Descentralizada:** Nesse modelo de gestão os recursos são repassados diretamente das contas de depósito do FNDE para as escolas e estas são responsáveis pela pesquisa orçamentária das compras, pelo planejamento dos cardápios, pela supervisão e avaliação da merenda escolar. Também pelo armazenamento, distribuição e por fim pela alimentação pronta e oferecida ao estudante. De acordo com Stolarski e Castro (2007) 19,0% das capitais do Brasil se utilizam do modelo de gestão centralizada.

**Gestão Semi-descentralizada:** Onde a EEX faz a compra do montante de produtos não-perecíveis e repassa o restante do recurso para que a própria escola faça a compra dos produtos perecíveis. De acordo com Stolarski e Castro (2007) 19,0% das capitais do Brasil se utilizam do modelo de gestão semi-centralizada.

**Gestão terceirizada:** A EEX contrata uma empresa para garantir o fornecimento da merenda escolar. O preparo tanto pode ser feito na escola ou fora dela. Dessa forma a EEX fica responsável pelo cardápio e pela fiscalização da Merenda fornecida pela empresa. As escolas indígenas e quilombolas não podem adotar essa forma de gestão em função de que cabe a elas providenciar o fornecimento da merenda de acordo com as especificidades da cultura escolar. De acordo com Stolarski e Castro (2007) 8,0% das capitais do Brasil se utilizam do modelo de gestão centralizada incluindo o DF.

Portanto, existem diversas formas de procedimentos relacionados ao fornecimento e repasse de recursos para a merenda escolar, cabendo a cada EEX, a partir das suas necessidades, adaptar-se às exigências legais.

Outro aspecto importante relacionado ao funcionamento do PNAE diz respeito a formulação das leis do PNAE que são reconhecidas pela intersetorialidade das políticas de programas e ações necessárias ao bom desempenho do programa de merenda escolar juntamente com outras políticas públicas.

**Considera:** A CF (1988) em seu capítulo III da educação, da cultura e do desporto, seção I da educação os Artigos nº 205 e nº 208, incisos IV e VII que dispõem sobre a

---

<sup>2</sup> Os dados de Stolarski e Castro (2007) referem-se aos dados pesquisados nas capitais do Brasil e foram adotados pela autora como parâmetro para referenciar os índices adoção de forma de gestão.

educação de direito de todos e de dever do Estado, mediante o oferecimento suplementar de alimentação.

**Considera:** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) dispõe que é assegurado à toda pessoa um nível de vida suficiente para a garantia de alimentação, bem estar e saúde.

**Considera:** A Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, responsabiliza o MEC por propor ações educativas formais e curriculares nas escolas referentes a educação nutricional e alimentar.

**Considera:** A ação de controle social de modo deliberativo do Conselho de Alimentação Escolar – CAE tendo em vista o melhor desempenho do PNAE, por meio da participação da comunidade de forma ativa e democrática.

De acordo com a Resolução CD/FNDE Nº 38, 2009 o funcionamento do PNAE depende de suas diretrizes, princípios e objetivos. São diretrizes:

I - alimentação saudável segura e adequada. II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar. III - a descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo; IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos pela agricultura familiar. (BRASIL RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, 2009)

São princípios fundamentais do PNAE:

I - o direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos; II - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; III - a equidade, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária; IV – a sustentabilidade e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à 3 alimentação saudável e adequada; V - o respeito aos hábitos alimentares, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis; VI – o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; VII - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa. BRASIL RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, 2009)

E por fim, são objetivos do PNAE:

Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. BRASIL RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, 2009)

Percebe-se que o PNAE representa um importante instrumento na condução das políticas públicas de alimentação escolar no Brasil. Seus objetivos, estratégias e princípios fundamentam a política na área. Além disso, servem de suporte às EEX para efetuarem não somente as compras, mas a manutenção dos subsídios alimentares.

No entanto, na prática não se percebe a aplicação efetiva dos princípios do PNAE. Ainda há constantes desvios de recursos da merenda conforme divulgados pela mídia nacional, assim como, desconhecimento dos valores nutricionais dos alimentos e sua relação com a saúde e conseqüente melhoria no processo de aprendizagem. Além disso, há evidentes sinais de que a forma de armazenamento dos gêneros alimentícios ainda necessita de ajustes. Por fim, é preocupante que ainda a maioria das EEX optem pela forma centralizada de gestão do PNAE já que esse modelo resulta em desperdício dos gêneros alimentícios que não levam em conta quantidades suficientes para suprir as carências das escolas em relação a merenda escolar.

### **3.1- O Conselho de Alimentação Escolar - CAE**

No contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar, os Conselhos de Alimentação Escolar CAE existem desde 2000 e são instituídos conforme a Lei nº 11.947 de junho de 2009.

Dalbario (2009) defende que a formação crítica e a participação do sujeito dentro da comunidade no exercício pleno e consciente da sua cidadania são direitos previstos pela democracia Estatal. A CF (1988) reconhece aos membros de uma comunidade o direito a participação na direção e gestão dos assuntos públicos.

Segundo informações do site do MEC os Conselhos hoje estão presentes em 5.570 municípios, em todos os estados e no Distrito Federal, possuem ainda aproximadamente 80 mil conselheiros. É formado por um representante indicado pelo Poder Executivo, dois membros de uma unidade escolar, podendo este ser escolhido entre docente, trabalhador da área de educação escolar ou discente maior de 18 anos. Dois representantes de pais de alunos

escolhidos por membros de outros programas deliberativos das escolas da região, por exemplo associação de pais e mestres e dois membros das entidades civis.

Os cargos têm a duração de 4 anos e podem ser assumidos por mais 4 anos de acordo com a legislação do Conselho mediante votação. Ficam os conselhos com atendimento superior a mais de 100 escolas contempladas com até 3 vezes o número de membros estabelecidos pela legislação.

Na atuação dos CAEs dos quais fazem parte escolas quilombolas ou indígenas, devem contar com membros dessas comunidades em sua atuação. Todo o serviço de serventia para com os Conselhos será considerado como relevante e sem remuneração. Para as eleições de presidente e vice-presidente dos CAEs, estes devem ser membros titulares deste conselho e terem dois terços dos votos dos conselheiros.

Aos Conselhos são atribuídas as responsabilidades de acompanhar e fiscalizar o estabelecimento das normas técnicas e administrativas dos princípios do PNAE e ainda o recebimento dos recursos. Os CAEs devem receber, analisar e aprovar o Relatório Anual de Gestão do PNAE para sua execução. Os Conselhos deveram atuar juntamente com as diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e fica facultado a cooperação com o mesmo dentro dos âmbitos estaduais e municipais.

Quanto á prestação de contas, ficam os Conselhos responsáveis pela comunicação ao FND, ao Tribunal de Contas e à Controladoria Geral da União, ainda ao Ministério Público e demais órgãos sobre qualquer irregularidade na execução. O fornecimento de relatórios para a execução do PNAE quando solicitados pelos órgãos anteriormente citados. As observações sobre a prestação de contas devem ser feitas em reuniões específicas e com no mínimo de dois terços dos conselheiros titulares.

Ficam os estados, municípios e o Distrito Federal responsáveis pela garantia da atuação do CAEs com local apropriado para reuniões e atuações, transporte, recursos humanos, de informática e fornecimento de informações documentadas.

A formação dos conselheiros titulares se faz necessária mediante suas responsabilidades de atuação. O FNDE fica responsável por esta capacitação. Os centros colaboradores trabalham em conjunto com o FNDE para uma ação de treinamento e capacitação maior e mais eficiente desses membros.

O controle social é uma das principais metas do PNAE, logo os Conselhos necessitam de legitimidade de representação e eficácia, sem estes princípios fica desfalcado o trabalho dos Conselhos.



Considera-se que os Conselhos de Educação Alimentar constituem importantes mecanismos de participação social tendo como princípio básico a democratização do processo de gestão da merenda escolar.

No entanto, são pouco divulgados e seus resultados ainda são no contexto da busca pela melhoria da gestão da merenda escolar, pífios. No próprio sitio do FNDE há pouca informação de resultados efetivos que demonstrem a participação da comunidade nas decisões acerca da merenda escolar.

Portanto, percebe-se que a participação social da comunidade é passiva resultando num processo de uma única via, ou seja, como há pouco envolvimento social, o que prevalece são as diretrizes nacionais.

## CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

Tendo como objetivo conhecer e analisar a política pública de alimentação escolar (PNAE) dentro da história da merenda escolar no Brasil e levando-se em conta o referencial teórico acerca do tema optou-se por uma pesquisa de campo de modo a observar os fatos tal como ocorrem.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se por entrevista semi-estruturada e em relação a abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa.

O termo “pesquisa de campo” é normalmente empregado para descrever um tipo de pesquisa feito nos lugares da vida cotidiana e fora do laboratório ou da sala de entrevista. Nesta ótica, o pesquisador ou pesquisadora vai ao campo para coletar dados que serão depois analisados utilizando uma variedade de métodos tanto para a coleta quanto para a análise.

Neste caso, o campo se constitui no espaço escolar que desde a formação inicial da pesquisadora, incluindo as atividades de estágio supervisionado e projetos de pesquisa, possibilitaram olhar para a alimentação escolar de forma a fazer parte deste espaço o contexto concreto para a investigação. Desta forma, identificamos o objetivo geral e específicos, a saber:

### **Objetivo Geral**

- Conhecer e analisar a política pública de alimentação escolar (PNAE) dentro da história da merenda escolar no Brasil.

### **Objetivos Específicos**

- Conhecer a história de alimentação escolar no Brasil com foco na merenda escolar.
- Analisar como se dá o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Analisar a existência da Educação Nutricional e Alimentar tendo como subsídio a merenda escolar.

Diante da temática abordada, pretendeu-se compreender a atuação do Programa de Alimentação Escolar (PAE), vivenciada em uma instituição de ensino público, localizada no Plano Piloto. Buscou-se conhecer a concepção de 37 educandos das turmas do 2º, 3º e 4º ano do ensino fundamental, duas merendeiras e o supervisor administrativo da supracitada escola, quanto à merenda escolar e sua atuação como provedora de educação nutricional e alimentar (ENA).

A instituição foi escolhida, pela facilidade de acesso para a realização da presente pesquisa na escola e principalmente pela abrangência no atendimento de escolares oriundos de muitas outras instituições.

A instituição de ensino escolhida atende a educação básica, ou seja, do 1º ao 9º ano em duas disciplinas, artes e educação física, sendo que a disciplina de artes se subdivide em teatro, música e artes visuais. Existe a oferta em dois turnos: vespertino e matutino. As três turmas, as merendeiras e o supervisor administrativo foram entrevistados em ambos os horários. Tal decisão, de execução das entrevistas tanto no matutino quanto no vespertino, se deu pela proposta de observação da pesquisa quanto ao costume alimentar dos escolares anterior e posterior, nos dias de aula.

Em relação ao espaço físico, a instituição conta com 18 salas de aula, sendo uma delas usada como sala de recurso no atendimento das necessidades educacionais especiais, 3 pares de banheiros, sendo feminino e masculino; o banheiro de uso dos escolares contém cabines individuais. Um par de banheiros localizado perto das salas administrativas e um par de banheiro para os funcionários. Uma sala de reuniões, um auditório, onde também se realiza as seções de vídeo. Uma cantina, um refeitório, uma quadra esportiva, um parque ecológico não utilizado para brincadeiras recreativas, uma biblioteca e uma horta.

O supervisor administrativo informou que a horta está desativada desde o início do ano, por conta da saída do professor que ministrava a junção de prática e teoria da ENA com o uso desta. Ainda indicou que, no início do ano letivo de 2015, uma nova coordenadora pedagógica assumiu o cargo e tem planos de reativação da horta escolar e colocar em ação a ENA das páginas do Projeto político Pedagógico (PPP) para as práticas educativas.

Indagado quanto à forma pela qual a instituição pretende ministrar os conteúdos de ENA dentro das matérias atendidas pela instituição, artes e educação física. O supervisor administrativo esclareceu a possibilidade de junção das modalidades esportivas se unirem à boa alimentação, atribuir o desenho e a pintura como forma de expressão da cultura alimentar que o escolar traz de casa e a forma como essas expressões podem ser usadas para uma coleta expressiva de dados quanto à alimentação familiar desses educandos. Tal atividade pode facilitar o entendimento de como a escola pode trabalhar junto ao PAE para suprir as necessidades nutricionais na alimentação e na prática de ENA de forma mais clara e objetiva.

A escola conta com o atendimento de cerca de 2.000 educandos de 9 escolas regionais, para a realização desse atendimento a instituição conta com a atuação direta de 32 professores, 4 delas responsáveis pelo atendimento da sala de recursos. Duas funcionárias

terceirizadas, responsáveis pela merenda escolar, 7 funcionários terceirizadas, responsáveis pelos serviços gerais de limpeza e higienização da instituição, dois coordenadores, sendo um para cada turno, um supervisor administrativo, uma coordenadora pedagógica, vice-diretor e um diretor.

Com o atendimento voltado para 9 instituições de ensino localizadas dentro das várias Regiões Administrativas (RA) do DF, as duas merendeiras e o supervisor administrativo concordam que a merenda escolar é uma política pública essencial para os educandos. Mas que os escolares vindos de escolas localizadas nas RAs com maiores problemas sociais, principalmente econômicos, tem uma necessidade maior do PAE. Esses escolares chegam na escola com muita fome e às vezes é necessário servir a merenda antes do horário previsto para toda a escola, individualmente para alguns educandos. Tais relatos explanam a grande versatilidade de educandos atendidos pela escola. É importante salientar que a maior necessidade de alguns educandos, não coloca e nem retira da merenda escolar seu caráter de importância para nenhum outro estudante.

O presente trabalho teve como objetivo compreender a concepção do PAE por parte dos educandos quanto à merenda escolar e sua atuação como provedora de educação nutricional e alimentar (ENA). O uso do PNAE como política pública alimentar voltada para a escola e seu uso como subsídio educacional dentre outros aspectos.

#### **4.1 Os Instrumentos e Procedimentos**

A coleta de dados baseou-se em visitas à escola com a realização de entrevista semi-estruturada com 37 alunos do 2º, 3º e 4º ano do ensino fundamental. A observação do trabalho de duas merendeiras e do trabalho do supervisor administrativo, responsável pelo PAE na escola. Para uma observação mais estruturada, fez-se necessário o uso de um diário de bordo.

O desenvolvimento se deu entre os meses de março e julho com a coleta de dados no mês de junho.

Sendo assim, os colaboradores responderam as perguntas colocadas pela pesquisadora, houve, também, a observação e tomada de nota da atuação das merendeiras e do supervisor administrativo. Em seguida, ocorreu a categorização dessas respostas para realização de análise.

É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que

serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles (WEBER, 2009, p. 158).

O primeiro momento se deu com a observação das duas merendeiras escolares. Estas são terceirizadas e nenhuma delas escolheu a profissão por gosto e sim pela necessidade de trabalho. Apesar disso, é possível perceber o orgulho com o qual desenvolvem seu trabalho. Existe um quadro branco de estrutura mediana, este ocupa quase que toda uma parede do refeitório. É nele que estão as informações semanais referentes a merenda escolar. É o cardápio. Alguns estudantes, dada à facilidade, apagam as informações do cardápio do quadro no momento do recreio.

A empresa contratada para a disponibilização de merendeiras para a escola tem como responsabilidade o oferecimento de cursos de capacitação das funcionárias a cada seis meses. O aprendizado desses cursos é aplicado no dia-a-dia de trabalho e tem como objetivo uma capacitação contínua.

A dinâmica da merenda escolar na Escola Classe do Plano Piloto funciona com o repasse bimestral dos cardápios montados pelas nutricionistas da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, que é a secretaria de educação responsável pela escola escolhida para a realização da pesquisa.

O cardápio recebido é variável semanalmente quanto ao tipo de alimentação oferecida pela escola, descrita pelo supervisor administrativo como, sendo uma merenda de sal, uma porção de um almoço ou jantar de acordo com a tradição brasileira, arroz, feijão, galinhada, feijão tropeiro, sopa e afins, em uma semana, e na semana seguinte uma merenda “de biscoito, leite, panificados, sucos, vitaminas e saladas de frutas”.

A divulgação do cardápio é feita com a afixação de cardápio, de forma visível pelos educandos, em uma parede externa da cantina. Esse cardápio conta com as merendas que serão servidas nos próximos dois ou três dias futuros, de acordo com o supervisor administrativo, para que as crianças tenham ciência do que será servido como merenda. Esse cardápio fica sujeito a alterações por motivos técnicos de entrega dos gêneros alimentícios perecíveis pela Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro.

O cardápio da alimentação escolar é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Assim, o planejamento dos cardápios, bem como o acompanhamento de sua execução, devem estar aliados para o

alcance do objetivo do PNAE. (BRASIL, Ministério da Educação, Resolução CD/FNDE nº 26/2013)

A escola conta com uma cantina conjugada ao refeitório. Os educandos se encaminham para a cantina, recebem a porção da merenda escolar e se acomodam no refeitório para a realização, ao final seguem para o intervalo entre as aulas, o recreio.

No segundo momento, foram coletados dados por meio de entrevista, das quais participaram três turmas da escola, sendo as turmas de 2º, 3º e 4º ano. A pesquisa contou com cinco colaboradores do 2º ano, seis colaboradores do 3º e vinte e seis colaboradores do 4º ano. Essas pesquisas ocorreram entre os turnos matutino e vespertino para a devida observação da alimentação feita antes da entrada na escola e depois da saída da escola e em dias alternados, com o objetivo de obter uma coleta de dados mais eficiente e dentro das demandas estruturais de atendimento das 9 escolas pela instituição de pesquisa.

A técnica de coleta de dados se deu por meio de pesquisa semiestruturada, a pesquisa dá margem para a interação maior entre pesquisado e pesquisador e facilita na formulação de dados, como ressalta Gonsalves (2012). A escolha dos educandos como sujeitos da pesquisa se deu pela necessidade de reputar dados sobre o conhecimento dos escolares em relação à uma política pública voltada para o atendimento e as necessidades deles mesmo. Portanto, a participação dos escolares contribuiu de forma satisfatória no desenvolvimento da pesquisa.

A realização da pesquisa careceu da elaboração de um roteiro para as entrevistas com os 37 educandos, as duas merendeiras e o supervisor administrativo (em anexo no apêndice C) que buscou conhecer, analisar e investigar de que modo se dá a execução do PAE e a existência da ENA pela percepção dos escolares. Com o propósito de que nenhuma ocorrência pudesse causar interferências na obtenção dos dados e garantia de validade da pesquisa, as entrevistas foram gravadas. Quanto às intervenções, estas foram usadas somente em caso de necessidade. A transcrição foi feita fidedignamente às falas dos entrevistados para a futura análise dos dados obtidos.

A entrevista na Escola Parque do Plano Piloto com as turmas de 2º, 3º e 4º ano do ensino fundamental buscou analisar e compreender as respostas para perguntas como: Para que serve a merenda escolar? Você faz algum tipo de refeição principal antes e depois da escola? Você já aprendeu sobre a merenda escolar aqui nessa escola, quem falou sobre a merenda? O que você acha da merenda escolar? A pesquisa semiestruturada é qualificada como pesquisa qualitativa, pois busca compreender por meio de análise interpretativa da

descrição do tema pesquisado, e explicativa por meio de seu objetivo, pois esta buscou a compreensão dos fatos. Tais características são apresentadas por Gonsalves (2012) como de aplicabilidade ao modelo de pesquisa qualitativa explicativa.

Quanto á maneira de reunião das informações, diretamente com o público pesquisado por meio de pesquisa qualitativa, o presente trabalho se enquadra como pesquisa de campo por buscar compreender o fenômeno estudado dentro de um determinado espaço, a Escola Classe do Plano Piloto. Uma pesquisa de campo exige atenção por parte do contexto, no caso, o contexto escolar, onde o fenômeno estudado se desenvolve de maneira natural, no caso o PAE.

A realização deste trabalho de campo por meio de pesquisa que se qualifica como qualitativa e descritiva, tendo como local de acolhimento dos dados a Escola Parque do Plano Piloto, proporcionou conhecimentos significativos quanto ao PAE que ajudaram de modo efetivo na realização deste trabalho, de modo que tais contribuições requerem uma documentação por parte da investigadora.

As pesquisas realizadas foram transcritas e em seguida agrupadas e, posteriormente, classificadas quanto às suas ordenações dos dados obtidos. Os dados serão apresentados de forma detalhada para a absoluta compreensão da análise feita a partir da interpretação dada pelos entrevistados com relação à história do PNAE, as Leis que regem tal programa, e o referencial teórico utilizado para a pesquisa.

## **4.2 - ANÁLISE DE RESULTADOS**

As informações foram obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com turmas do 2º ano, 3º ano e 4º ano das séries iniciais da educação básica. Ao todo foram ouvidos 37 estudantes. Para favorecer nossa análise das respostas criou-se 05 (cinco) categorias, sendo: finalidade da merenda escolar, percepção da merenda escolar, alimentação principal anterior e posterior ao dia letivo, uso do cardápio como subsídio a ENA, existência da ENA na instituição. Cada categoria refere-se à uma pergunta do roteiro de entrevista semiestruturada e as respostas foram agrupadas conforme a proximidade entre elas.

Nosso primeiro olhar foi sobre características gerais dos entrevistados como série, idade e sexo.

### **Quadro 1: Descrição dos entrevistados**

Série dos escolares	Idade por série	Número de meninas	Número de meninos
2º Ano	7 Anos	3	2
3º Ano	8 e 10 Anos	2	4
4º Ano	8, 9, 10 e 11 Anos	13	13
Total de estudantes:			37

Fonte: BARBOSA, 2015

O quadro acima demonstra que tivemos no universo pesquisado o mesmo número de meninos e meninas, variando em quantidade conforme a série.

Para facilitar a compreensão dos dados obtidos e cumprir os princípios éticos da pesquisa, a primeira turma foi identificada nos quadros como “4ºA” e os alunos enumerados de 1 a 9. A segunda turma foi identificada nos quadros com 3º e os alunos de 1 a 5.

A terceira turma está identificada nos quadros como 2º e os alunos enumerados de 1 a 5.

A quarta turma encontra-se identificada nos quadros como 4ºB.

A análise dos dados se subdivide em cinco categorias sendo eles: a finalidade da merenda escolar; a concepção de merenda escolar; alimentação principal antes e após a escola. Ensinos de ENA tendo a merenda escolar como subsídio.

#### 4.2.1. A finalidade da merenda escolar

Esta categoria responde a pergunta: para quem serve a merenda escolar? Os entrevistados foram 14 estudantes sendo 9 da turma 4ºA e 5 da turma 3º.

**Quadro 2: Finalidade da merenda escolar para os estudantes (Turma 4º A e Turma 3º)**

	Para comer.	Para comer?	Para quem não leva lanche.	Para nossa nutrição.	Não sei.
4º A1		X	X		
4º A2				X	
4º A3			X		
4º A4		X			
4º A5			X		



4º A6		X			
4º A7		X			X
4º A8	X				
4º A9	X				
3º1	X				
3º2					X
3º3	X				
3º4		X			
3º5				X	

**Fonte:** BARBOSA, 2015

A análise das respostas dos estudantes tem como objetivo compreender o que esse público entende por merenda escolar. Percebe-se, claramente, que a merenda escolar não é apresentada aos educandos de forma adequada, como alimentação suplementar de direito do escolar, como subsídio educacional interdisciplinar e promotora de hábitos alimentares saudáveis por meio da ENA. A maneira como as respostas dos estudantes se apresentam mostra que a merenda está presente na escola, assim como qualquer outra característica de funcionamento desta e que não merece destaque algum.

Dessa forma, é notável que não existe uma abordagem da merenda escolar como política pública, como direito do escolar. 5 estudantes (4ºA1, 4ºA4, 4ºA6, 4ºA7 e 3º4) apresentaram dúvida ao responder sobre sua função: “Para comer?”. A indagação de confusão quanto à finalidade se dá pelas funções da merenda que não são esclarecidas pela unidade escolar. A dúvida explanada nessas 5 respostas pode ser interpretada como um palpite de que a merenda dentro do espaço escolar possa ter mais que a função de alimentar. Se a dúvida existe, nada mais adequado que sanar, ressaltando que a merenda escolar se faz presente na escola para a construção de conhecimentos e os saberes alimentares e nutricionais não devem ser desconsiderados.

O estudante 4ºA7 ao ser questionado sobre a finalidade da merenda escolar retrucou e questionou: “O que é merenda escolar?”. Neste momento, foi necessária uma intervenção e a pesquisadora lhe deu a seguinte resposta: “a merenda escolar é o lanche que a escola oferece aos estudantes”. Depois repetiu-se a pergunta e a resposta dele mudou de “Não sei” para “Para comer?” e por isso ele se encaixa em ambas categorias, embora as duas demonstrem pouco conhecimento sobre a finalidade da merenda escolar.

Apenas os escolares: 4ºA2 e 3º5 responderam que a finalidade da merenda escolar é: “Para nossa nutrição.” A resposta, porém, se encontra na forma incompleta. De acordo com PNAE, o PAE tem a finalidade de:

Contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. (BRASIL, Ministério da Educação Lei nº 11.947/2009)

Duas respostas positivas à finalidade da merenda mostram que apesar de a merenda não ter uma apresentação adequada, alguns estudantes apropriaram-se do seu caráter, de modo informal.

Três escolares responderam que a finalidade da merenda escolar seria exclusiva aos alunos que não levam seu lanche de casa: 4ºA1, 4ºA3 e 4ºA5. Tais respostas mostram como as crianças são levadas a acreditar no caráter de esmola que a merenda escolar ainda carrega, como afirma Barros Bezerra (2009). Sua universalidade é desconstruída como direito e segurança alimentar. Esse entendimento limitado promove uma timidez diante da aceitabilidade dessa merenda por parte desses escolares. Como se ao se alimentarem da merenda demonstrasse que estes não possuem poder aquisitivo para suas refeições escolares.

As respostas enfáticas dos escolares: 4ºA8, 4ºA9, 3º1 e 3º3 quanto à finalidade da merenda escolar ser exclusiva para à alimentação corrobora com a falta de definição que a merenda escolar tem dentro da escola. A merenda escolar tem como finalidade a nutrição no período escolar de acordo com a faixa etária do escolar e, ainda, a ENA como direito do estudante e obrigação do Estado.

Nesta mesma categoria, ao responder a pergunta: para quê serve a merenda escolar? As respostas das turmas do 4º ano e 2º ano identificadas aqui como 4ºB e 2º, com entrevistados enumerados de 1 a 17 para a turma 4ºB e de 1 a 5 para a turma 2º, apresentaram categorias diversificadas em relação as turmas anteriores 4ºA e 3º. Para facilitar a compreensão dos dados, essas respostas foram apresentadas no quadro abaixo:

**Quadro 3: Finalidade da merenda escolar para os estudantes (Turma 4º B e 2º)**

	Para comer	Para que todos os alunos se alimentem	Não sei	Para comer quando eu tiver fome
4ºB1	X			
4º B2		X		

4º B3		X		
4º B4			X	
4º B5	X			
4º B6	X			
4º B7		X		
4º B8	X			
4º B9		X		
4º B10		X		
4º B11	X			
4º B12				X
4º B13		X		
4º B14	X			
4º B15		X		
4º B16	X			
4º B17				X
2º1		X		
2º2	X			
2º3		X		
2º4		X		
2º5		X		

**Fonte:** BARBOSA, 2015

Oito escolares (4ºB1, 4ºB5, 4ºB6, 4ºB8, 4ºB11, 4ºB14, 4ºB16 e 2º2) relataram que a finalidade da merenda escolar é somente “para comer”, o que revela que a merenda não é usada como subsídio de educação interdisciplinar como proposto pelo PNAE. A firmeza da resposta representa, ainda, uma abordagem única e simplória da merenda escolar, esta é vista apenas pelo seu caráter biológico.

As respostas dos escolares: 4ºB2, 4ºB3, 4ºB7, 4ºB9, 4ºB10, 4ºB13, 4ºB15, 2º1, 2º3 e 2º5 se apresentam de forma mais ajustada à finalidade da merenda escolar ao afirmar que é “Para que todos os alunos se alimentem”. Embora as respostas sejam simples, é possível interpretar uma ligeira aproximação da real finalidade da merenda como direito do estudante. A palavra “aluno” contida, de modo direto e indireto, nessas respostas deixa claro a identidade do público de atendimento da política pública do PNAE.

Já as duas respostas dos educandos: 4ºB12 e 4ºB17 se apresentam de forma autocentrada às necessidades biológicas destes. Tais respostas mostram a ignorância perante à finalidade da merenda escolar e fica, novamente, explícito a falta de abordagem da merenda para além do caráter biológico.

Quanto à finalidade da merenda escolar, foi possível perceber uma sinceridade na resposta do escolar 4º B4: “Não sei”. Estes foram firmes em sua negação de conhecimento sobre a finalidade da merenda escolar. A falta de educação alimentar nas escolas geram tais respostas e acabam por limitar novos conhecimentos que a escola tem potencialidade abordar por meio da merenda escolar.

O quadro abaixo retrata a percepção da merenda escolar por parte dos estudantes. As respostas são dos 37 estudantes entrevistados.

#### 4.2.2. Da percepção da merenda escolar

**Quadro 4: Percepção da merenda escolar por parte dos estudantes**

	Boa	Deliciosa	Ruim	Não lancha a merenda escolar
4º A1	X			
4º A2	X			
4º A3	X			
4º A4			X	
4º A5		X		
4º A6	X			
4º A7	X			
4º A8	X			
4º A9	X			
4º B1	X			
4º B2				X
4º B3	X			
4º B4	X			
4º B5	X			
4º B6	X			
4º B7		X		
4º B8		X		
4º B9	X			
4º B10			X	
4º B11	X			
4º B12	X			
4º B13	X			
4º B14		X		
4º B15	X			
4º B16	X			
4º B17	X			
3º1	X			
3º2	X			X
3º3	X			
3º4	X			X
3º5		X		
2º1		X		
2º2	X			
2º3		X		
2º4		X		
2º5			X	

**Fonte:** BARBOSA, 2015

Na categoria dois, aborda-se a percepção da merenda escolar pelos entrevistados, três estudantes: 4ºA4, 4ºB10 e 2º5 responderam que acham “ruim”. Outros 3 estudantes: 4ºB2, 3º3

e 3<sup>4</sup> relataram que não se utilizavam da merenda escolar como lanche. Os escolares 3<sup>3</sup> e 3<sup>4</sup> disseram, também, que a merenda era boa apesar de não usufruir dela. Os demais estudantes responderam que a merenda escolar é “boa” ou “deliciosa”.

De acordo com Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, a aceitabilidade mínima da merenda escolar, de acordo com a legislação do PNAE, é de 85%. Portanto, a merenda escolar da instituição usada nesta pesquisa de campo se encaixa como adequada, do ponto de vista da aceitabilidade estabelecida.

Restrita à finalidade de alimentação biológica e sem implicações curriculares na instituição da pesquisa, a consideração positiva deixa uma abertura para a realização de ENA. Tal ação ao ser implementada, já encontra na aceitabilidade dos escolares uma possibilidade de valorização maior por parte da merenda, pois ao aprender sobre hábitos alimentares saudáveis, sobre a necessidade da segurança alimentar e o direito à alimentação, os escolares podem construir uma perspectiva mais adequada sobre alimentação para além da alimentação escolar, para alimentação do dia-a-dia.

O quadro abaixo tem por objetivo retratar se os estudantes se alimentam de refeições principais no período anterior e posterior ao dia letivo. Todos os 37 estudantes responderam a pergunta.

#### 4.2.3. Da alimentação principal anterior e posterior ao horário escolar<sup>3</sup>

**Quadro 5: Alimentações principais anteriores e posteriores ao dia letivo**

	fazem refeição principal antes da aula	fazem refeição principal após a aula
4º A1	X	X
4º A2	X	X
4º A3	X	X
4º A4	X	X
4º A5	X	X
4º A6	X	X
4º A7		X
4º A8	X	X
4º A9	X	X
4º B1	X	X
4º B2	X	X
4º B3	X	X
4º B4	X	X
4º B5	X	X
4º B6		X

<sup>3</sup> Guia Alimentar Para A População Brasileira, define como refeições principais (café da manhã, almoço e jantar)

4º B7	X	X
4º B8		X
4º B9	X	X
4º B10	X	X
4º B11	X	X
4º B12	X	X
4º B13	X	X
4º B14	X	X
4º B15	X	X
4º B16		X
4º B17	X	X
3º1	X	X
3º2	X	X
3º3	X	X
3º4	X	X
3º5	X	X
2º1	X	X
2º2	X	X
2º3	X	X
2º4	X	X
2º5	X	X

**Fonte:** BARBOSA, 2015

Ao questionar os entrevistados sobre a assiduidade de refeições principais, como café da manhã, almoço e jantar antes e após a aula nos dias letivos somente 3 escolares relataram não realizar uma refeição principal antes de ir para a escola: 4ºA7, 4º B8 e 4º B16, sendo o estudante 4º B8 do período vespertino, aqui sua refeição principal de consideração foi o almoço. Os escolares: 4ºA7, 4º B6 e 4º B16 frequentam a escola parque pela manhã e sua refeição principal considerada foi o café da manhã.

A desconstrução do mito de que a criança vai à escola apenas pela merenda escolar, feita a partir das interpretações do supervisor administrativo da Escola Parque do Plano Piloto e das merendeiras, é feita tendo as respostas dos estudantes como respaldo de que essa afirmação é errônea. Tais considerações, ainda, corroboram com o resultado da pesquisa de Barros Bezerra (2009) de que essa afirmação acontece principalmente no interior da escola e dos seus membros funcionários. Os estudantes e suas famílias não acreditam que a frequência escolar está ligada à merenda escolar.

O caráter complementar da merenda não deveria dar margem para este tipo de concepção sobre a merenda escola na atualidade. Embora a merenda tenha surgido em caráter emergencial e como única refeição dos escolares nas suas primeiras décadas, atualmente sua atuação em caráter suplementar não permite tal concepção.

A escola deve fornecer merenda como um complemento alimentar equivalente às necessidades calórico-protéicas dos alunos durante as quatro horas de atividades curriculares. Apenas isso. Não lhe cabe, portanto,

assumir funções paliativas de assistência social que só ajudam a manter o estado de pobreza e miséria dominante. (BARROS BEZERRA, 2009, p. 111)

O quadro abaixo representa a opinião dos estudantes acerca do conhecimento ou não do cardápio escolar. Todos os 37 estudantes responderam esta pergunta.

#### 4.2.4. O cardápio como subsídio da ENA

**Quadro 6: Conhecimento do cardápio pelos estudantes**

	Tem conhecimento do cardápio	Não tem conhecimento do cardápio
4º A1	X	X
4º A2		X
4º A3	X	
4º A4		X
4º A5		X
4º A6	X	
4º A7		X
4º A8		X
4º A9	X	
4º B1		X
4º B2		X
4º B3		X
4º B4		X
4º B5		X
4º B6		X
4º B7		X
4º B8		X
4º B9		X
4º B10		X
4º B11		X
4º B12		X
4º B13		X
4º B14		X
4º B15		X
4º B16		X
4º B17		X
3º1		X
3º2		X
3º3		X
3º4		X
3º5		X
2º1		X
2º2		X
2º3		X
2º4		X
2º5		X

Fonte: BARBOSA, 2015

O cardápio, segundo a Resolução CFN nº 465/2010:

É a ferramenta operacional que relaciona os alimentos destinados a suprir as necessidades nutricionais individuais ou coletivas, discriminando os alimentos, por preparação, quantitativo per capita, para energia, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais. Instrumento de planejamento que visa assegurar a oferta de uma alimentação equilibrada, garantindo os nutrientes necessários para a boa condição de saúde.

A divulgação do cardápio escolar é uma forma de promover implicações por meio da merenda escolar através da ENA. Tal atividade desperta no escolar um interesse maior pela sua alimentação, além de ajudar no conhecimento da cultura alimentar e da composição das refeições. A divulgação, ainda, ajuda no controle do estudante perante as suas preferências alimentares, ajudando na organização de necessidade de levar lanche ou não para a escola.

Uma forma de uso da merenda como auxílio para a educação nutricional e alimentar é o aproveitamento do cardápio para a leitura e o conhecimento dos gêneros alimentícios. O que pode se estender para suas propriedades vitamínicas, sua função na alimentação e sua ação na saúde. Tais conteúdos perpassam o currículo atual da educação básica.

Dos 4 estudantes que relataram ter conhecimento do cardápio escolar: 4ºA1, 4ºA3, 4ºA6 e 4ºA9, todos são do quarto ano, denominada neste trabalho com 4ºA. As demais turmas: 4ºB, 3º e 2º não possuem tal conhecimento da divulgação do cardápio. O estudante 4ºB9 utilizou a frase “Infelizmente não” para relatar se possuía conhecimento do cardápio. O estudante: 3º3 relatou que, anteriormente, era possível acompanhar o cardápio pelo quadro branco exposto na área externa do refeitório, mas que agora já não é mais possível pois “Eles apagaram”.

O quadro retrata uma situação concreta de que falata divulgação adequada do cardápio junto aos estudantes. Por divulgação adequada estamos entendendo mais do que a mera exposição, mas um trabalho de educação em relação a alimentação.

O quadro abaixo, representa a identificação dos estudantes em relação a educação alimentar. Importante destacar, que a pesquisadora esclareceu aos estudantes os princípios educativos da merenda escolar associando-os ao processo de educação alimentar na escola. Assim tivemos respostas de 37 estudantes.



#### 4.2.5. Da Educação Nutricional Alimentar

**Quadro 7: ENA na instituição pesquisada**

	A escola oferece ENA? (SIM)	A escola oferece ENA? (NÃO)
4º A1	X	
4º A2		X
4º A3		X
4º A4		X
4º A5	X	
4º A6		X
4º A7	X	
4º A8		X
4º A9		X
4º B1	X	
4º B2		X
4º B3	X	
4º B4		X
4º B5		X
4º B6		X
4º B7	X	
4º B8		X
4º B9		X
4º B10		X
4º B11		X
4º B12		X
4º B13		X
4º B14	X	
4º B15		X
4º B16		X
4º B17		X
3º1	X	
3º2		X
3º3		X
3º4		X
3º5		X
2º1		X
2º2		X
2º3		X
2º4		X
2º5		X

**FONTE:** BARBOSA, 2015

A pergunta usada no roteiro foi: “Você já aprendeu sobre os alimentos e a ação deles na sua saúde aqui na escola?”. E a pesquisadora realizava, sempre que necessário intervenções de complementação da pergunta. Por exemplo: “Você já estudou sobre o lanche aqui da escola?” ou “Quais alimentos fazem bem para sua saúde?”. Houve apenas nove respostas positivas dos escolares: 4ºA1, 4ºA5, 4ºA7, 4ºA9, 4ºB1, 4ºB3, 4ºB7, 4ºB14 e 3º1. Enquanto os demais escolares (28 alunos) relataram que a escola não conta com a ENA de maneira formal.

A Resolução nº38 de julho de 2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) considera que:

Compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional.

Um dos objetivos do PNAE é a ENA com o auxílio da merenda escolar que traz uma abertura dos conteúdos para a educação alimentar por estar sempre presente na vida escolar. O aprendizado de formação de bons hábitos alimentares pode e deve partir da merenda escolar. Ao colocar as competências educacionais na promoção da ENA, como responsabilidade do MEC, o PNAE tem como objetivo a formalidade deste tema, a sua integração ao currículo da educação básica. Uma das formas de uso da merenda como auxílio para a educação nutricional e alimentar e indicada pelo PNAE é o uso da horta escolar. A presença de uma horta dentro do espaço escolar permite o contato do escolar com a terra, com o plantio, proporciona conhecimentos sobre o ciclo da vida, desperta o interesse para a evolução da natureza e o tempo de germinação, crescimento e reprodução dos alimentos.

Em tempos onde tudo chega às mãos das crianças em saquinhos e caixinhas, a horta escolar é um poderoso atrativo de construção de uma atitude de alimentação mais saudável, além de aumentar os saberes que a escola pode e deve proporcionar para a vida.

Dos 37 entrevistados, 13 escolares responderam que em sua escola de origem havia ENA: 4ºA2, 4ºA4, 4ºA6, 4ºA8, 4ºB3, 4ºB5, 4ºB7, 4ºB8, 4ºB10, 4ºB13, 4ºB14 e 4ºB15. O número de respostas positivas dá margem ao entendimento de que o PNAE tem ajudado na formação de conhecimentos alimentar.

Buscou-se averiguar, no caso das respostas positivas à ENA, quais características possuem. Ao responderem positivamente sobre quem fala sobre a merenda escolas os pesquisados responderam:

#### 4.2.6. Das Características da ENA

**Quadro 8: Características da ENA**

	Professores	Direção	Merendeiras	Ninguém
4º A1	X		X	
4º A2				X

4º A3	X	X	X	
4º A4				X
4º A5				X
4º A6	X		X	
4º A7	X			
4º A8				X
4º A9	X			
4º B1		X		
4º B2				X
4º B3		X		
4º B4			X	
4º B5	X	X	X	
4º B6				X
4º B7				X
4º B8				X
4º B9	X			
4º B10				X
4º B11				X
4º B12				X
4º B13				X
4º B14				X
4º B15				X
4º B16				X
4º B17				X
3º1				X
3º2				X
3º3				X
3º4				X
3º5	X			
2º1				X
2º2				X
2º3	X			
2º4				X
2º5				X

Fonte: BARBOSA, 2015

O relato dos estudantes sobre a fala dos professores, direção e merendeiras em relação à merenda escolar é de que há informações sobre o cardápio do dia por parte dos professores. A direção salienta a importância da merenda escolar para a nutrição e, ainda, pede a conscientização dos escolares para o não desperdício da merenda. Foi notado, também, que o discurso das merendeiras não difere dos discursos apresentados pelos professores e pela direção.

A maioria dos escolares (24 dos 37 entrevistados) responderam que essa temática não é abordada na instituição pesquisada, ou seja, a abordagem feita a respeito da merenda escolar é simplória dentro da escola. Mais uma vez, a merenda é silenciada dentro do ambiente escolar e perde-se a oportunidade da construção de saberes objetivados pelo PNAE. Como afirma Barros Bezerra (2009): “Comer na escola é mais uma das práticas desenvolvidas na escola – não determinante da frequência, mas que contribuiu para o processo de aprendizagem

do aluno”, ou seja, atualmente, desconsideram que a merenda é uma parte do processo de ensino e aprendizagem que ocorre na escola e não somente uma esmola ou o único incentivo de frequência escolar.

Dentro desta análise é possível perceber que a abordagem feita da merenda escolar não se aproxima dos objetivos da ENA. É notável que as falas dos professores, da direção e das merendeiras, ao tratarem da merenda escolar, não demonstram conhecimentos adequados para o ensino proposto pelo PNAE com base na merenda escolar. Os docentes, gestores e merendeiras da instituição pesquisada enxergam a merenda escolar como esmola e atribuem a ela como fator determinante na assiduidade escolar, ignorando que a merenda pode ser decisivo no processo de ensino e aprendizagem que os alunos encontram-se. Portanto, a merenda escolar para tais agentes escolares é tratada, apenas, como ajuda biológica aos escolares e à sociedade e, dessa forma, não enxergam a necessidade em ensinar os alunos a ENA, visto que não consideram que os escolares possuem a capacidade de aprender.

As merendeiras da instituição pesquisada passam por um curso de capacitação a cada seis meses. Com isso, os seus conhecimentos sobre nutrição e segurança alimentar se apresentam, de maneira formal, mais aptos à educação nutricional alimentar aos escolares. Porém, tal responsabilidade não é passada para elas e, tão pouco, a escola se articula em trabalhar conjuntamente no uso da merenda escolar na ENA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender a merenda escolar desde o seu início. As primeiras tentativas de implementação, sua necessidade social e escolar educacional, as conjunturas políticas e a postura de cada governo perante à alimentação escolar, os progressos e evoluções dessa política pública no Brasil.

Falar de merenda escolar no Brasil é falar da história da escola, infelizmente, não podemos dizer que a história da educação brasileira perpassa a educação nutricional de maneira formal. Durante as primeiras décadas, 1930 a 1960, a educação alimentar e nutricional era descoberta aqui no Brasil e ficou restrita aos intelectuais da época e ao ensino técnico e superior.

Ainda que Castro buscasse a implementação da educação alimentar e nutricional na educação básica da época, tal atividade só foi formalizada como de responsabilidade da escola em meados da década de 1990. A situação atual é de preocupação com os escolares e a sua ignorância nutricional, prova de que a ENA sempre foi necessária e dispensaria a preocupação atual com as doenças crônicas não transmissíveis que acomete escolares e não escolares.

A ignorância trazida pela crença de esmola perante as políticas públicas de alimentação escolar desconstrói o direito garantido pela CF (1988) e enfraquece a participação ativa das escolas e da família na educação alimentar, na formação de hábitos alimentares saudáveis. O conhecimento da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) trouxe uma maior compreensão do papel das políticas públicas para a sociedade e como estas devem atuar para a emancipação e a construção da autonomia do público das políticas públicas.

Fez-se necessário o conhecimento do funcionamento do PNAE para um maior entendimento dessa política pública, sua relação com a alimentação mostra-se muito mais ligada à educação por meio da alimentação. Os dados resultantes da pesquisa quanto ao

interesse da merenda escolar pela escola pesquisada mostram que não há conhecimento da política pública feita pelo FNDE por meio do PNAE.

Os CAEs e a democratização trazida para o PNA reforçam sua ação como política pública, garante a participação social ativa e proporciona maior conhecimento e divulgação do PNAE na sua forma de reconhecimento como política pública assistencialista de direito social aos escolares, e que apesar de assistencialista, não se configura como paliativa.

A pesquisa buscou conhecer a percepção da finalidade da merenda escolar por parte dos estudantes da Escola Parque do Plano Piloto. As respostas obtidas demonstram que os escolares percebem a merenda escolar como um subsídio biológico. A merenda escolar está na escola porque os escolares precisam lanche. A aceitabilidade da merenda escolar é uma das exigências do PNAE para o repasse da verba e os dados obtidos quanto à percepção da merenda escolar são positivos, visto que a maioria dos estudantes concebe a merenda escolar como adequada para o lanche. Sua adequação, porém, se limita ao biológico, deixando de fora a ENA para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A observação feita na instituição de realização da pesquisa levou ao desejo de conhecer a real carência alimentícia dos escolares matriculados ali, uma vez que os discursos da direção e das merendeiras levavam a crer que o caráter de sustentação biológica da merenda escolar se fazia presente não pela vontade da escola, mas sim pela necessidade dos alunos. Os dados decorrentes da pesquisa mostram exatamente o inverso. Se a comunidade escolar possuísse um conhecimento mais abrangente do PNAE, como política pública alimentar e educacional, tal julgamento não aconteceria com tanta frequência. É lamentável que ainda se enxergue a ida às escolas como forma única de alimentação, quando o papel da escola e do PNAE não se configura dentro de tal percepção.

Foi analisado, ainda, a divulgação do cardápio, a existência da educação nutricional alimentar e quais as falas da comunidade escolar perante a merenda escolar. Esses três aspectos pertencem ao objetivo de saber se existe uma ENA e como ela se daria, no caso da sua existência, e, por fim, se a escola possui tentativas de sua implementação. Os dados obtidos esclarecem que a ENA não se faz presente na escola de maneira adequada, já que a comunidade escolar tem um discurso pobre e esvaziado da importância da merenda escolar e que tal discurso é incapaz de ir além do caráter biológico da merenda escolar. Professores, direção e merendeiras salientam repetidamente a importância da merenda escolar, mas não constroem junto aos estudantes as bases para essa consideração de importância. O público da merenda escolar não é esclarecido dessa tão falada importância da merenda escolar, tão pouco

os professores e diretores possuem conhecimentos para embasar de forma adequada esse discurso.

Fica a política pública de alimentação escolar, PNAE, à margem de seu entedimento adequado, principalmente, pelo seu público de atendimento. Tal característica traz defasagem para a personalidade do estudante e de conhecimentos necessários à valorização da escola como ambiente educacional, com o objetivo de formação para a execução da cidadania de modo pleno, crítico e autônomo. Fica a alimentação escolar exclusiva à alimentação em caráter biológico e à margem de um ciclo vicioso de desconhecimento da merenda escolar para a alimentação e para a educação.

A pesquisa realizada sobre a merenda escolar com o objetivo de conhecer e analisar a política pública de alimentação escolar (PNAE) dentro da história da merenda escolar no Brasil. Buscou-se, também, conhecer o entendimento dos escolares sobre a finalidade da merenda escolar, pois para sua sustentação como política pública o PNAE deve se traduzir em formação de hábitos alimentares saudáveis e em autonomia alimentar nutricional segura e adequada. Como salienta Fonseca (1994) em seu artigo: Merenda escolar: Um paliativo, um direito.

O que a criança aprende na escola costuma ser lembrado pela vida inteira e pode atingir à família e à comunidade graças à sua ação multiplicadora. (...) O papel da escola e, principalmente da professora (...) na criação de bons hábitos higiênicos e alimentares precisa ser melhor reconhecido.

Essas duas características do programa: formação de hábitos saudáveis e autonomia alimentar nutricional adequada e segura, não foram apontadas como adequadas pela pesquisa. A merenda escolar é vista pelo seu objetivo biológico. Tal maneira de enxergar a merenda se dá pela falta de abordagem da mesma pelas suas demais finalidades, como a educacional, a nutricional e a de direito ao escolar.

Uma das ações apontadas para Fonseca (1994) como responsáveis pelo bom desenvolvimento do programa de merenda escolar como política pública é justamente a clareza de sua finalidade. A divulgação da finalidade da merenda escolar como construída pelo PNAE deve ocorrer de modo natural no ambiente escolar. Alguns escolares aparecem, nos dados da pesquisa, confusos quanto à finalidade da merenda se dá pela falta de divulgação de suas finalidades.

Buscou conhecer, também, qual a aceitabilidade da merenda servida na instituição de pesquisa, se a aceitação da merenda pelos escolares correspondia com a legislação do PNAE.

A pesquisa alcançou resultados positivos nesta categoria, a merenda escolar é vista pela maioria dos alunos como “boa”. O fato da merenda ser bem aceita pelos escolares abrem portas para a ENA de maneira interdisciplinar e ainda proporciona um conhecimento mais adequado e inicial do funcionamento de uma política pública. Se a alimentação não é voltada ao seu caráter educativo, pode-se inferir que também não se voltará para as questões políticas na educação básica.

Barros Bezerra (2009) afirmou que os estudantes não tem na merenda escolar seu determinante de assiduidade escolar, essa afirmação é reforçada por esta pesquisa na categoria que busca conhecer as alimentações principais anteriores e posteriores ao horário escolar. A desmistificação do mito de que o estudante pobre vai à escola somente para se alimentar se faz necessária, é desanimador ver que a educação escolar ainda não tenha superado essa visão.

A educação nutricional alimentar deve perpassar a merenda escolar como um todo, pois é uma das finalidades do PNAE. A pesquisa procurou conhecer a existência de ações educativas referentes à merenda escolar e como ela se dá, e o que se encontrou foi o senso comum de educação para o não desperdício da merenda. A defesa de seus benefícios de maneira não específica, pois defendem que a merenda é saudável, mas não fazem nenhum ensinamento curricular de como a merenda se apresenta como saudável e adequada ao estudante.

Uma forma de verificar a presença da educação nutricional alimentar é o uso dos cardápios pelos professores para além de seu caráter informativo e de acompanhamento da merenda escolar. A pesquisa apontou que na Escola Prque do Plano Piloto o uso do cardápio não responde de maneira eficiente nem a informação da merenda e nem o acompanhamento da merenda pelos escolares. E, ainda, que os professores não fazem nenhum uso desde cardápio nas atividades educativas. Novamente, é apontado que a ENA não se faz presente na instituição.

A pesquisa referente à merenda escolar encontrou na Escola Parque do Plano Piloto um tratamento inadequado da merenda escolar por parte da falta de estrutura educacional da merenda escolar servida, da apresentação da finalidade da merenda como direito e em seu perfil educacional.



## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

Ao ingressar no curso de Pedagogia, tinha como interesse a carreira docente como primeira opção. Foi realizado um trabalho acadêmico para a matéria de Perspectivas do Desenvolvimento Humano referente à área da Pedagogia Hospitalar no Hospital universitário de Brasília (HUB). Ao visitar a brinquedoteca do HUB, fui convidada a deixar meu currículo para a vaga de assistente em Pedagogia. Permaneci por três anos atuando na área da Pedagogia Hospitalar dentro da brinquedoteca do HUB. Esta experiência me aproximou da Classe Hospitalar e me fez desejar atuar nesta área novamente.

O estágio obrigatório desenvolvido em uma escola pública do Distrito Federal me proporcionou uma vivência aprazível da docência, o que fez aumentar, ainda mais, meus interesses pela docência. Desse modo, tenho como plano de curto prazo o ingresso em uma instituição privada de ensino para que me proporcione experiências para atuação na rede pública de ensino pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Tenho como plano de longo prazo a atuação como funcionária do Ministério da Educação (MEC), pois gostaria de conhecer mais a fundo a realidade educacional legislativa do Brasil. Esse interesse se despertou durante a matéria de Planejamento da Educação, onde pude conhecer melhor a construção das políticas educacionais.

Sendo assim, pretendo trabalhar diretamente com a área da educação em alguma das possibilidades citadas, visto que são as áreas de interesse que possuo e pretendo contribuir de alguma forma para que haja uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000100009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 5 maio. 2015.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. **O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732009000500001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001)>. Acesso em: 10 maio. 2015.

BORGES DELBERIO, Maria Célia. Gestão democrática e participação na escola pública popular. *In:* BORGES DELBERIO, Maria Célia. **Neoliberalismo, políticas Educacionais e a Gestão democrática nas escolas públicas de qualidade.** São Paulo. 2009. p. 67- 108.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 358/2005. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res358.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Brasil e FAO assinam acordo sobre merenda escolar.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/1408-brasil-e-fao-assinam-acordo-sobre-merenda-escolar>>. Acesso em: 26 maio. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 15, de 25 de agosto de 2000. Conselho Deliberativo. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes\\_2000/res015\\_25082000.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2000/res015_25082000.pdf)>. Acesso em: 20 maio. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em:

<[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000026&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2013&sgl\\_orgao=FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC)>. Acesso em: 12 maio. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Saúde nas Escolas. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817)>. Acesso em: 28 maio. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Alimentação saudável e sustentável:** técnico em alimentação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. p.16.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 36-37.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, cuja íntegra consta do anexo desta Portaria e dela é parte integrante. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/52666f00474581288d6bdd3fbc4c6735/PORTARIA\\_710\\_1999.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/52666f00474581288d6bdd3fbc4c6735/PORTARIA_710_1999.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em: 20 maio. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)>. Acesso em: 30 maio. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

DETRREGIACHI, Cláudia Rucco Penteado; BRAGA, Tânia Moron Saes. Projeto "criança saudável, educação dez": resultados com e sem intervenção do nutricionista. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 51-59, Feb. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732011000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FGV CPDOC. **A Era Vargas:** dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>>. Acesso em: 7 maio. 2015.

FONSECA, João Pedro da. Merenda escolar: um paliativo, um direito. *In: CONCEIÇÃO, José Augusto Nigro (Org.). Saúde escolar: a criança, a vida e a escola.* SP: Sarvier, 1994. p. 62 -72.

FONSECA, João Pedro da. Aluno, paciente, cidadão: a saúde escolar em questão. *In: CONCEIÇÃO, José Augusto Nigro (Org.). Saúde escolar: a criança, a vida e a escola.* SP: Sarvier, 1994. p. 23 -32.

LISBOA, Renata Cardoso. **Direito Humano à alimentação adequada.** Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/direito/?p=1464>>. Acesso em: 21 maio. 2015.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 11, p. 2147-2161, Nov. 2013 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SESC. O que é Educação em Saúde. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/saude/educacao+em+saude/o+que+e/>>. Acesso em: 29 maio. 2015.

SOARES, Raimunda Cheila de Aguiar. **A Política de Assistência Social no Brasil: limites e desafios para sua materialização.** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/apoliticadeassistenciasocialnobrasil-limitesedesafiosparasuamaterializacao.pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2015.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança.** Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br/artigo/alimentacaoescolar.pdf>>. Acesso em: 1 maio. 2015. p. 19-63.

STOLARSKI, Márcia Cristina; CASTRO, Demian. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003 – 2004.** Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/26>>. Acesso em: 30 maio. 2015.

TEIXEIRA, Eliane de Oliveira Lima. **A Merenda Escolar e seus aspectos Políticos, Sociais e Nutricionais.** Disponível em: <[http://www2.ifsp.edu.br/edu/eja/merenda\\_escolar.pdf](http://www2.ifsp.edu.br/edu/eja/merenda_escolar.pdf)>. Acesso em: 4 maio. 2015. p. 14-34.

TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** Disponível em: <[http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/Maria\\_Elena\\_Turpin.pdf](http://www.eco.unicamp.br/docdownload/monografias/Maria_Elena_Turpin.pdf)>. Acesso em: 15 maio. 2015. p. 7-48.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **10ª edição do prêmio gestor eficiente da merenda escolar – inscrições abertas!...** Disponível em: <<http://undime.org.br/noticia/10a-edicao-do-premio-gestor-eficiente-da-merenda-escolar-inscricoes-abertas>>. Acesso em: 26 maio. 2015.

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_, RG, \_\_\_\_\_, autorizo a pesquisadora Leda Barbosa, graduanda do curso de Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, UnB, realizar a pesquisa de Trabalho Final de Curso, cujo projeto é denominado “**Políticas Públicas Para Alimentação (merenda escolar) no Brasil**”, sob orientação da Profa. Dra. Nara Maria Pimentel, a utilizar-se das informações obtidas na entrevista, da qual participo, por meio de gravador de voz e respostas escritas, obedecendo aos critérios da ética de pesquisa, onde está assegurado o total anonimato.

Declaro-me ciente e concordo com o acima exposto.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

## **APÊNDICE B**

**Universidade de Brasília - UnB**

**Faculdade de Educação - FE**

**Graduanda:** Leda Barbosa

**Orientadora:** Dra. Nara Maria Pimentel

**Roteiro de Entrevista Semi Estruturada**

Estou desenvolvendo uma pesquisa qualitativa na perspectiva de conhecer a percepção dos estudantes sobre o Programa de Alimentação Escolar (PAE), e se existe nesta escola, a utilização do PAE como promotor de Educação Nutricional e Alimentar (ENA). Utilizo um roteiro de entrevista, mas o importante é o seu depoimento. Esta entrevista será gravada, com o seu consentimento, garantindo a ética e anonimato nas respostas. Desde já agradeço a sua participação e contribuição.

**1) Para que serve a merenda escolar?**

**2) O que você acha da merenda escolar?**

**3) Você algum tipo de refeição principal antes de vir para escola?**

**Sim( ) Não( )**

**4) Você algum tipo de refeição principal após sair da escola?**

**Sim( ) Não( )**

5) Você já aprendeu sobre os alimentos e a ação deles na sua saúde aqui na escola?

Sim( ) Não( )

Quem falou sobre eles?

## APÊNDICE C

**Universidade de Brasília - UnB**

**Faculdade de Educação - FE**

**Graduanda:** Leda Barbosa

**Orientadora:** Dra. Nara Maria Pimentel

### **Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz para fins de pesquisa**

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado, **Políticas Públicas Para Alimentação (merenda escolar) no Brasil** sob responsabilidade de Leda Barbosa vinculado(a) ao Curso de *Graduação* em Pedagogia na Universidade de Brasília.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação aos sons de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, de som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_